

GUIA PRÁTICO E INTERSECCIONAL PARA CIDADES MAIS INCLUSIVAS



Autoras: Sarah Gamrani e Clementine Tribouillard

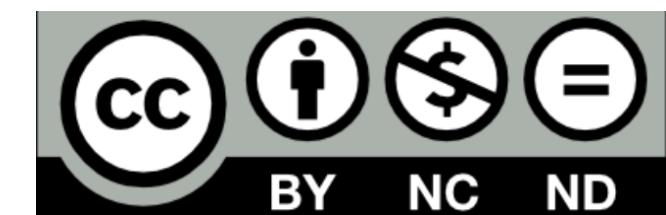
Revisora externa: Roberta Faria

Revisora HUD: María Elena Acosta Maldonado

Layout: Sarah Gamrani

Ilustração da capa: Mili Hurtig

Copyright © 2021. Banco Interamericano de Desenvolvimento. Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons IGO 3.0 Atribuição-NãoComercial-SemDerivações (CC BY-NC-ND 3.0 IGO) (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/igo/legalcode>) e pode ser reproduzida com atribuição ao BID e para qualquer finalidade não comercial. Nenhum trabalho derivado é permitido. Qualquer controvérsia relativa à utilização de obras do BID que não possa ser resolvida amigavelmente será submetida à arbitragem em conformidade com as regras da UNCITRAL. O uso do nome do BID para qualquer outra finalidade que não a atribuição, bem como a utilização do logotipo do BID serão objetos de um contrato por escrito de licença separado entre o BID e o usuário e não está autorizado como parte desta licença CC-IGO. Note-se que o link fornecido acima inclui termos e condições adicionais da licença. As opiniões expressas nesta publicação são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a posição do Banco Interamericano de Desenvolvimento, de seu Conselho de Administração, ou dos países que eles representam.



AS AUTORAS

SARAH GAMRANI

 sarah.gamrani@gmail.com

Sarah Gamrani é uma estudante francesa em Estudos Urbanos. Após graduar-se de um mestrado em "Sciences Po" Toulouse e Bordeaux em Estratégias urbanas e Governança Metropolitana, ela iniciou um segundo programa de mestrado com um escopo europeu e internacional, chamado 4CITIES. É no âmbito deste treinamento que ela foi contratada como consultora na Divisão de Habitação e Desenvolvimento Urbano do BID no Brasil (julho-dezembro 2020), sob a supervisão de Clémentine Tribouillard, para realizar um estudo sobre as perspectivas de gênero no planejamento urbano no Brasil. Ao longo de sua carreira acadêmica, ela integrou suas leituras feministas ao seu trabalho, tanto em seus vários estágios no planejamento de espaços públicos como através de seus compromissos associativos. Ela foi co-fundadora, em 2019, do coletivo feminista 'urban femina' criado para questionar as abordagens de gênero no mundo acadêmico, mas também na prática do planejamento urbano. As noções de cuidado, interseccionalidade e inclusão das mulheres nos espaços urbanos são centrais para suas pesquisas.



CLÉMENTINE TRIBOULLARD

 clementinet@iadb.org

Clémentine Tribouillard é especialista na Divisão de Habitação e Desenvolvimento Urbano do BID no Brasil desde 2018. É francesa, formada em ciências políticas, possui mestrado em Política Urbana pelo Instituto de Estudos Políticos de Paris e especialização em Sociologia Urbana pela UERJ. Clémentine trabalhou por 3 anos na Caixa Econômica Federal no Rio de Janeiro no desenho de programas federais de habitação e de reabilitação de centros urbanos, antes de trabalhar por 6 anos na África em programas de melhoria dos serviços urbanos para diversos doadores. Após o terremoto, ela viveu por cinco anos no Haiti, trabalhando na reconstrução de bairros de baixa renda e no reassentamento de famílias. Atualmente, está liderando programas de urbanização de favela, gestão de riscos, reassentamento, habitação social e cidade inteligente, com um foco particular em temas de mudanças climáticas e inclusão social. Ao longo de toda sua carreira, trabalhou com inclusão de gênero, tanto na preparação, execução e avaliação de programas, como no fortalecimento de capacidades e na gestão de conhecimento sobre o tema.

SUMÁRIO

| | | | |
|--|-----------|---|-----------|
| Glossário | 5 | 4. Assédio e segurança: as ruas são lugares seguros para todas e todos? | 24 |
| Introdução: sobre o que falamos quando falamos de gênero? | 8 | 4.1.Uma estrutura legal para combater o assédio e os ataques contra as mulheres no espaço público | 25 |
| 1. Qual o papel das mulheres no diagnóstico, na tomada de decisão, na construção e nas representações da cidade? | 11 | 4.2 Como as mulheres experimentam o espaço público: os impactos sobre os deslocamentos urbanos | 26 |
| 1.1.Diagnóstico urbano com uma perspectiva de gênero: a experiência das caminhadas exploratórias e auditorias de gênero | 12 | 4.3. Sensibilização e estratégias para a recuperação dos espaços públicos | 27 |
| 1.2 Mulheres tomadoras de decisão em nível local: comitês e conselhos de mulheres | 13 | | |
| 1.3. Quem faz a cidade: O lugar da mulher na profissão de arquiteta e planejadora urbana | 14 | 5. Diversidade nos espaços públicos: o direito à cidade para todas e todos | 28 |
| 1.4. As representações simbólicas das mulheres no espaços públicos | 15 | 5.1. Discriminação à comunidade LGBTQIA+ | 29 |
| 2. As funcionalidades dos espaços públicos são pensadas de forma equitativa de acordo com o gênero, a idade e outras características dos usuários e usuárias? | 16 | 5.2. Discriminação com base na origem, raça e etnia: as comunidades afrodescendentes, indígenas e migrantes | 30 |
| 2.1 “Cuidado” e ritmos de vida: impactos na mobilidade urbana | 17 | 5.3. Acessibilidade para pessoas com deficiência | 32 |
| 2.2. Infraestruturas urbanas funcionais e inclusivas | 18 | 5.4. Crianças e idosos nas cidades | 33 |
| 2.3. Mobilidade urbana para todas e todos | 19 | 5.5. Pessoas em situação de rua | 33 |
| 3. A habitabilidade dos espaços urbanos é igual para todas e todos? | 20 | Seis elementos-chave para cidades mais inclusivas | 34 |
| 3.1. Unidade residencial: o direito à moradia adequada | 21 | E o BID nisso tudo? | 35 |
| 3.2. Em uma escala de bairro: uso misto para todas e todos | 22 | O marco normativo do BID sobre gênero e cidades | 36 |
| 3.3. As mulheres construindo a cidade | 23 | Seis publicações-chave do BID sobre gênero e cidades | 37 |
| | | Nossa seleção de... | 38 |
| | | Seis publicações-chave sobre gênero e cidades no Brasil | 39 |
| | | Seis publicações-chave internacionais sobre gênero e cidades | 40 |
| | | Seis artigos para ler e seis vídeos-chave para ficar por dentro do tema | 41 |
| | | Seis cursos ou seminários para quem busca se capacitar nos temas de gênero e cidades | 42 |
| | | Links da internet referenciados no guia | 44 |

GLOSSÁRIO

Todas as palavras escritas desta maneira no texto possuem definição no glossário.

Acessibilidade: A possibilidade de acesso e condição para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Atividades de produção: São consideradas atividades de produção aquelas que geram valor econômico e permitem o enriquecimento de um país, de uma cidade ou de um indivíduo. Essas atividades estão relacionadas ao trabalho ou consumo, que envolvem a troca de dinheiro.

Atividades de reprodução: São consideradas atividades reprodutivas (ou de reprodução) aquelas que permitem a reprodução da vida, que estão relacionadas à gestão, manutenção e cuidado da família e do lar, por meio de relações de vizinhança e escolares, gestão da saúde, fornecimento e preparação de alimentos, entrega de afeto e outros, geralmente realizadas por mulheres. Embora sejam muito valiosas para a sociedade, caracterizam-se por serem não remuneradas, invisíveis e subvalorizadas.

Auditórias de segurança femininas ou Caminhadas exploratórias: São percursos realizados a pé por moradoras e usuárias do espaço, em áreas específicas dos seus bairros, para compreender a experiência diária e as sensações de conforto e desconforto das mulheres nos diferentes lugares que freqüentam (ruas, pontos de ônibus, praças e parques, transporte público etc.). As conclusões são consolidadas e levadas às autoridades para uma tomada de ação pública.

Assédio: Caracteriza-se por constrangimentos com a finalidade de obter favores sexuais feitos por alguém de posição superior à vítima (conforme art. 216-1 do Código Penal). Além disso, o assédio também pode ser exercido por pessoas da mesma posição ou de posição inferior em relação à vítima, através da prática de atos constantes, persistentes, violentos e intimidatórios.

Binário: O binarismo ou um pensamento binário é uma forma de definir e qualificar nosso ambiente em duas partes, dois elementos ou duas faces, necessariamente. Por exemplo, mulher ou homem, legal ou ilegal, urbano ou rural, formal ou informal. Por outro lado, uma forma **não binária** de pensar é uma forma mais flexível e ampla de definir estes elementos, como um "continuum" entre dois elementos de diversas possibilidades.

Continuum de violência: É uma forma de considerar a diversidade de experiências das mulheres ou grupos discriminados, recusando-se a relegar as formas de violência apenas para a esfera privada. De fato, as mulheres ou outros grupos discriminados sofrem diferentes tipos de violência (física, psicológica, sexual, digital, patrimonial, financeira etc.), desde muito leve a muito grave, o que permite compreender a diversidade e o acúmulo dos variados tipos de violência contra elas e eles.

Dupla jornada: É um termo que denomina a recorrente situação de mulheres que devem atuar tanto em uma ocupação formal quanto no trabalho de cuidado da casa. Essa expressão aponta para a desigualdade em torno das funções e para a desvalorização do trabalho doméstico. Pode ser até uma **trípla jornada**, se considerarmos o trabalho comunitário relacionado à participação para melhorar as condições do bairro de residência.

Equidade: Qualidade de vida equivalente para mulheres e homens, reconhecendo suas diferentes necessidades e interesses, o que pode exigir uma redistribuição justa de poder, recursos, oportunidades e responsabilidades. Ao contrário da equidade, a **igualdade** é o reconhecimento dos mesmos direitos e oportunidades para todas e todos, independentemente de suas diferenças e particularidades.

Espaços inclusivos: São locais que não apresentam obstáculos ou barreiras (físicas ou simbólicas) ao seu uso. São acessíveis a todas e todos, independentemente da idade, sexo, habilidade física ou cognitiva, etnia, raça, religião ou orientação sexual.

Espaço público: Nas sociedades urbanas, o espaço público representa um lugar de passagem e encontro para o usufruto de todas e todos os cidadãos. Eles pertencem ao Estado, a uma entidade legal e moral ou, excepcionalmente, ao domínio privado. Compreendem 3 categorias: ruas (ruas, avenidas, avenidas, praças, praças, calçadas, passagens, galerias, ciclovias), espaços abertos (parques, jardins, parques infantis, praias públicas, margens de rios e frentes de água), e instalações públicas (bibliotecas, centros comunitários, mercados municipais, instalações esportivas). Aqui exclui espaços públicos não-físicos (espaço público como conceito de democracia, ciberespaço, etc.).



GLOSSÁRIO

Expressão de gênero: É como alguém se apresenta aos outros, o que diz respeito à sua aparência. É possível ter uma aparência feminina, masculina ou androgina (que mescla elementos femininos e masculinos) ou outros.

Feminismo: Com base na definição de *bell hooks**, uma das maiores pensadoras lésbicas negras do feminismo, o feminismo pode ser definido como um movimento que luta pela libertação dos papéis de gênero, dominação e opressão para todas as pessoas, sejam mulheres ou homens. O objetivo é desconstruir e descolonizar o modo de pensar patriarcal, machista e colonial e assim questionar os sistemas sociais em que vivemos, a fim de erradicar todas as formas de dominação, sejam elas sociais, raciais, econômicas, sexuais, de gênero e outras. Em seu livro "O feminismo é para todo mundo" (*Feminism is for everybody*, em inglês), a autora apresenta importantes definições sobre o movimento feminista. Você pode encontrar seu livro completo, em inglês, [aqui](#)[1].

Gênero: Construção social que classifica uma pessoa como homem, mulher ou outra identidade, ou seja papéis, obrigações e responsabilidades culturais ou socialmente atribuídas às mulheres, homens, meninas e meninos.

Gentrificação (do inglês *gentrification*): É o fenômeno que afeta uma região ou bairro pela alteração das dinâmicas da composição do local, tal como novos pontos comerciais ou construção de novos edifícios, valorizando a região e afetando a população de baixa renda local. Tal valorização é seguida de um aumento de custos de bens e serviços, dificultando a permanência de antigos moradores de renda insuficiente para sua manutenção no local cuja realidade foi alterada.

Inclusão: Conjunto de ações que garante a participação igualitária de toda e todos na sociedade, independentemente da classe social, da condição física, da educação, do gênero, da orientação sexual, da etnia, entre outros aspectos. O objetivo é oferecer oportunidades iguais de acesso a bens e serviços a todas e todos.

Identidade de gênero: É como a pessoa se identifica, podendo ser como mulher ou homem, como gênero neutro, bigênero ou outros. Na maioria das vezes, a pessoa se identifica com o gênero correspondente ao seu sexo biológico, ou seja, nasce com um corpo masculino e se sente homem (se identifica com o gênero masculino), ou nasce com um corpo feminino e se sente mulher. Indivíduos assim são chamados de cisgêneros, porém, para algumas pessoas, isso não ocorre dessa maneira.

Importunação sexual: Qualquer prática contra alguém sem sua anuência. Ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou de outrem.

Interseccionalidade: É a interação entre os diferentes aspectos sociais - seja de gênero, raça, classe, sexualidade, religião, idade, entre outros, que acabam influenciando a maneira como as pessoas convivem em sociedade e vivenciam a cidade. As desigualdades de gênero são interseccionais, ou seja elas são resultados de discriminação cruzada e multicausal.

Intersexo: É uma pessoa que naturalmente, ou seja, sem qualquer intervenção médica, desenvolve características sexuais do sexo masculino e do sexo feminino. A Visibilidade Intersexo é comemorada no dia 26 de outubro como uma homenagem realizada a um pouco menos de 2% da população mundial.

LGBTQIA+: As letras LBGTQIA+ significam:

Lésbicas: mulheres que sentem atração afetivo/sexual pelo mesmo gênero.

Gays: homens que sentem atração sexual pelo mesmo gênero.

Bissexuais: homens e mulheres que sentem atração afetivo/sexual pelos gêneros masculino e feminino. As pessoas que sentem atração afetivo/sexual por todos os gêneros se identificam como pansexuais.

Transexuais ou transgêneros: pessoas que se identificam com outro gênero, diferente do atribuído no nascimento, inclusive dentro do espectro não binário. Trata-se de um conceito relacionado à identidade de gênero e não à orientação sexual/afetiva.

Queer: pessoas que se auto-identificam como gênero queer transitam entre os gêneros feminino e masculino ou em outro(s) gênero(s) no(s) qual(ais) o binarismo não se aplica. O termo faz referência à teoria queer, que afirma que orientação sexual e identidade de gênero são o resultado de uma construção social e não de uma funcionalidade biológica.

Intersexo: pessoas cujo desenvolvimento sexual corporal - expressado em hormônios, genitais, cromossomos, e/ou outras características biológicas - não se encaixa na norma binária.

Assexual: pessoas que não sentem atração afetiva e/ou sexual por outras, independente do gênero.

+: abriga todas as diversas possibilidades de orientação sexual e/ou identidade de gênero que existam.

GLOSSÁRIO

Masculinidade positiva: É uma masculinidade que não se restringe ao estereótipo de homem que foi alimentado por longos anos na construção social, em torno do papel e do comportamento dos homens na sociedade.

Machismo: O machismo não é o contrário do feminismo. São comportamentos, ações ou pensamentos que advogam a superioridade dos homens. Em um pensamento machista existe um "sistema hierárquico" de gêneros, onde o masculino está sempre em posição superior ao que é feminino.

Plano Diretor: O mecanismo legal que visa orientar a ocupação do solo urbano, tomando por base os interesses coletivos e difusos tais como a preservação da natureza e da memória, e de outros interesses particulares dos habitantes.

Racismo estrutural: O racismo é uma forma de discriminação que tem a raça como alvo e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes. É um conjunto de hábitos, situações e falas embutidas em costumes, que promovem direta ou indiretamente o preconceito e a segregação racial.

Trabalho de cuidado ou care em inglês: Este trabalho é objeto de múltiplas práticas que vão além da simples função materna, como o trabalho doméstico, cuidado afetivo, trabalho social e assistência médica a crianças, idosos, pessoas doentes ou com deficiência.

Urbanismo securitário: Conjunto de princípios de planejamento urbano que abordam o desenvolvimento de certos espaços públicos, tais como a visibilidade e o uso do espaço, que implicam numa vigilância natural entre cada pessoa e no senso de pertencimento ao lugar, pelas atividades propostas para o local.

Uso misto: É um tipo de desenvolvimento urbano e/ou zoneamento que combina usos residenciais, comerciais, culturais, institucionais ou de entretenimento em um único espaço, onde estas funções estão, até certo ponto, física e funcionalmente integradas.

Violência de gênero: Qualquer ato ou ameaça de violência física, emocional, psicológica ou sexual baseado em normas de gênero e relações de poder desiguais entre mulheres, meninas, homens e meninos.

Zoneamento: O zoneamento é usado para definir a divisão de uma área urbana em várias zonas distintas. Por exemplo, setorizando as atividades industriais, comerciais, residenciais e outras, em diferentes áreas da cidade.

Xenofobia: São atitudes, preconceitos e comportamentos que rejeitam, excluem e frequentemente difamam pessoas, com base na percepção de que eles são estrangeiros à comunidade, sociedade ou identidade nacional.



INTRO



DU CÃAO

SOBRE O QUE
FALAMOS
QUANDO
FALAMOS DE
GÊNERO?

SOBRE O QUE FALAMOS QUANDO FALAMOS DE GÊNERO?



O QUE É GÊNERO?



Homens e mulheres agindo contrariamente às expectativas mais comuns da sociedade.
Fonte: Divulgação marialba.italia/iStock



Fonte: Divulgação/ SCCapacitacion

O **gênero** é um conceito social que se refere ao conjunto de características relacionadas à masculinidade e à feminilidade que não são biológicas, **mas são construídas cultural e socialmente**. Descreve o conjunto de qualidades e de comportamentos que **as sociedades esperam dos homens e das mulheres**, formando a sua identidade social, a qual difere de cultura para cultura. Este pão de gengibre chamado "Genderbread" é uma introdução lúdica para entender que o gênero não é **binário**, e sim um espectro fluido e diverso.

Também nos permite compreender a clara diferença entre **identidade de gênero** (ser mulher/ ser homem), **expressão de gênero** (feminilidade/masculinidade), sexo anatômico (mulher/fêmea, homem/macho, **intersexo**) e atração sexual e romântica (atraído/a sexualmente por mulher, pessoa feminina, e/ou homem/pessoa masculina).

PORQUE NOS FAZEMOS PERGUNTAS SOBRE GÊNERO NO ESPAÇO PÚBLICO E NA CIDADE?

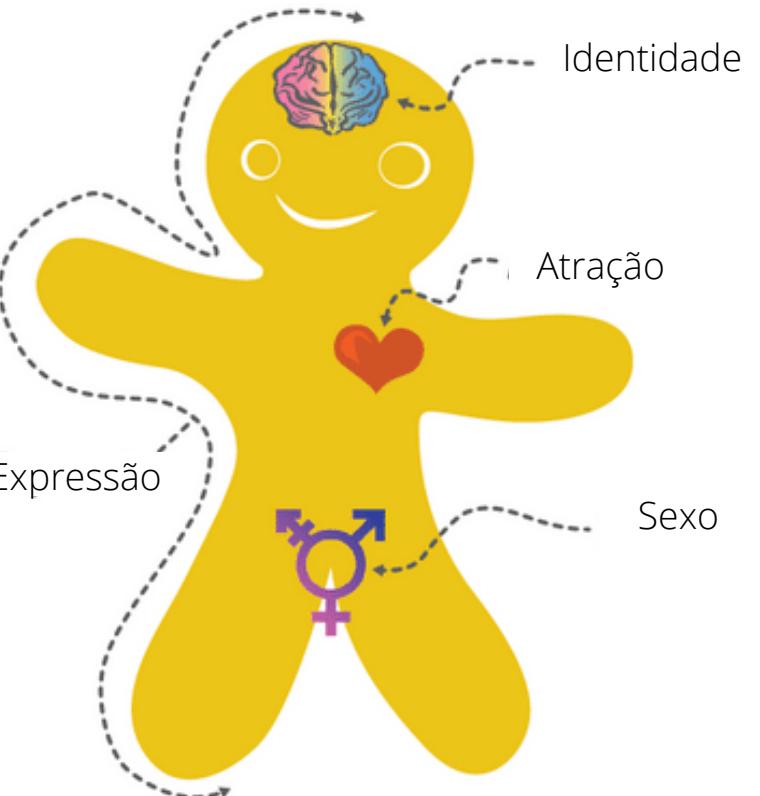
Simplesmente porque são lugares que promovem o encontro, a visibilidade e a troca entre as pessoas na sociedade, e onde o gênero é demonstrado. Muitas vezes, o espaço público é definido como um espaço "neutro", quando ele não é. O espaço público também não é público para todos, como seu nome sugere. O objetivo deste caderno é compreender as relações de poder no desenho, uso e ocupação do espaço público que perpetuam as representações sociais de gênero, pois assim como o gênero é uma construção social, a cidade também é.

AS CIDADES SÃO FEITAS POR E PARA OS HOMENS?

O setor de planejamento urbano e demais ambientes profissionais são ocupados, principalmente, por homens. Mesmo que as mulheres tenham cada vez mais acesso a estes espaços, é importante lembrar que muitos dos **Planos Diretores** das cidades e políticas urbanas atuais, foram elaborados por homens que pensaram a cidade de acordo com uma lógica econômica, que valorizam as **atividades de produção**, trabalho e consumo. Estes esquemas continuam a ser reproduzidos posteriormente em espaços acadêmicos e profissionais.

A lógica de **zoneamento urbano**, que separa fisicamente as diferentes atividades na cidade, é um exemplo perfeito da valorização da lógica econômica dentro dos Planos Diretores. Essa lógica deixa, parcial ou totalmente, invisíveis ou dificulta as **atividades de reprodução** realizadas com maior frequência pelas mulheres, e consequentemente separadas das atividades produtivas, as quais geram algum valor econômico. A geografia feminista destaca as desigualdades nos espaços chamados "neutros", que como já comentado, não são nada neutros, levando em conta as necessidades de mulheres, pessoas **LGBTQIA+**, pessoas com deficiência e outros grupos específicos que possuem diferentes desafios e que vivenciam a discriminação e a violência.

The Genderbread Person^{v4} by itspronouncedMETROsexual.com



∅ significa a falta do que está do lado certo

Identidade de gênero
∅ → Ser mulher
∅ → Ser homem

Expressão de gênero
∅ → Feminilidade
∅ → Masculinidade

Sexo anatômico
∅ → Mulher/ fêmea
∅ → Homem/ macho

Sexo designado ao nascer
∅ Fêmea ∅ Intersexo ∅ Macho

Identidade ≠ Expressão ≠ Sexo
Gênero ≠ Orientação Sexual

Atraido/a sexualmente por... e/ou
∅ → Mulher e/ou pessoa feminina
∅ → Homem e/ou pessoa masculina

Atraido/a românticamente por... e/ou
∅ → Mulher e/ou pessoa feminina
∅ → Homem e/ou pessoa masculina

Fonte: Sam Killerman, 'Genderbread Person' Versão 4, 2017. Tradução das autoras.

SOBRE O QUE FALAMOS QUANDO FALAMOS DE GÊNERO?

O QUE SÃO ATIVIDADES REPRODUTIVAS E POR QUE DEVERÍAMOS VALORIZÁ-LAS?

As atividades reprodutivas são consideradas "trabalho de cuidado", o "care" em inglês, historicamente delegadas ao público feminino. Esse trabalho corresponde a múltiplas práticas que vão além da função materna, como o trabalho doméstico, trabalho social, assistência médica a crianças, idosos, pessoas doentes ou com deficiência. As teorias feministas se centram em torno do conceito de "cuidado" porque essas são atividades sem as quais não seria possível a manutenção de nossa vida diária. Como poderíamos reproduzir nossa "força de trabalho" sem comer, sem ter um lugar limpo e digno para viver, ou mesmo ter um local de trabalho que atenda aos padrões de saúde, como vimos durante a crise da COVID-19?

No nível político, o conceito de "cuidado" também se destina a denunciar graves injustiças de gênero relacionadas ao trabalho de cuidado em nossa sociedade contemporânea, tais como: a **dupla ou tripla jornada** de trabalho e a subordinação dos trabalhadores de cuidado, que fazem esse trabalho enquanto outros podem se concentrar em sua carreira profissional. Essas atividades frequentemente correspondem a **ritmos de vida diferentes e mais precários**, acarretados pela dedicação aos trabalhos em tempo parcial ao invés de integral, por exemplo, e exigem muita flexibilidade de tempo e deslocamento, como o movimento pela cidade, seja para levar as crianças à escola ou a demais atividades extracurriculares, como ir às compras, aos centros de atendimento, visitar dependentes idosos e outros, ou participar de atividades comunitárias para melhorar a vizinhança. Em resumo, todas as atividades afetam a rotina dos cuidadores na cidade e influenciam nos seus padrões e necessidades de mobilidade urbana.

POR QUE A MOBILIDADE É DIFERENTE DE ACORDO COM O GÊNERO?

A mobilidade das pessoas é diferente de acordo com seu gênero e suas atividades reprodutivas e de cuidado, mas também por razões de segurança pública. De acordo com dados do *Instituto Patrícia Galvão e Locomotiva*, em fevereiro de 2019, 97% das mulheres entrevistadas no Brasil já sofreram **importunação sexual**, o que impacta o exercício diário de sua cidadania. O transporte público permanece sendo o local em que as mulheres se sentem mais vulneráveis a sofrer algum tipo de **assédio** (46%) e em seguida a rua (24%). Essa sensação de insegurança influencia bastante na escolha das rotas e meios de transporte utilizados, além dos horários, escolha do vestuário e outros aspectos.

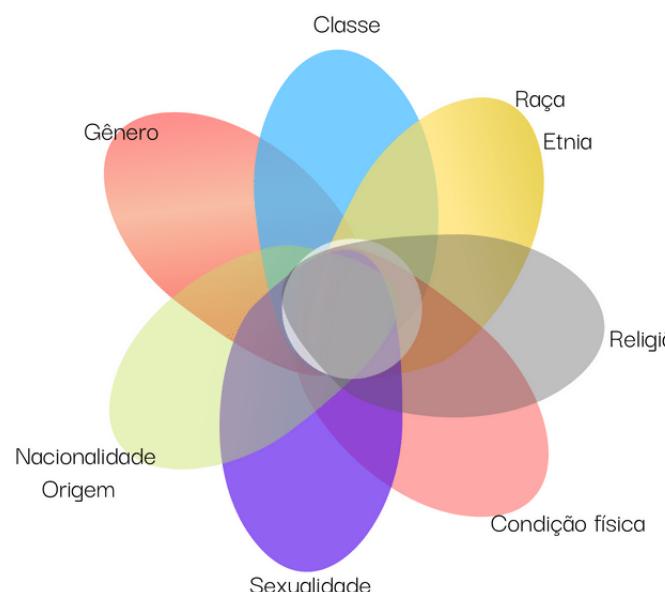


Fonte: Divulgação Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

INDO ALÉM DE UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO...

UMA PERSPECTIVA FEMINISTA DE INCLUSÃO, DIVERSIDADE E INTERSECCIONALIDADE

O escopo da perspectiva **feminista** visa questionar as relações de poder para provocar **uma ação transformadora ao longo da vida de meninas e mulheres, com objetivos emancipatórios contra a violência, o sexismo e a exclusão**. O termo **interseccionalidade** é usado para fazer referência às formas como diferentes aspectos sociais - de gênero, raça, classe, sexualidade, idade, entre outros - interagem entre si, influenciando a forma como experimentamos a vida em sociedade e na cidade. O conceito foi popularizado por feministas negras, respondendo ao movimento feminista ocidental, principalmente branco e burguês. Entretanto, essa abordagem nos permite ampliar o olhar **às diversas discriminações que podem ser vivenciadas, particularmente, nos espaços públicos, com base na raça, etnia, classe, religião, nacionalidade, sexualidade, capacidade física e cognitiva, idade e gênero**.



A interseccionalidade em imagem. Fonte: Elaboração própria

A discriminação ocorre ainda mais com as mulheres negras da classe trabalhadora, ou com mulheres trans. E a discriminação será ainda mais pronunciada para as pessoas em situação de rua, especialmente no caso de mulheres com crianças, por exemplo. Em resumo, os indivíduos possuem identidades complexas que não podem ser compreendidas em um único plano (ser mulher ou ser homem, por exemplo). Isso requer uma análise sob várias perspectivas e em diferentes níveis para entender como os indivíduos se posicionam na cidade e na sociedade de um modo geral.

O PAPEL DOS HOMENS E A IMPORTÂNCIA DE UM DIÁLOGO ENTRE TODAS E TODOS



A iniciativa 'Precisamos Falar com Homens' da ONU Mulheres Brasil com a ONG Papo de Homem (2016) visa **abrir um diálogo sobre as desigualdades e a violência contra as mulheres**, pois o tema precisa incluir todos os afetados, inclusive os homens. A expressão de gênero é uma construção social que é tão violenta para as mulheres quanto para os homens. Assim, a desconstrução de certos estereótipos, formas de agir na sociedade e expectativas em relação a homens e mulheres, e as mudanças de comportamento precisam ser realizadas integrando todos. A mudança requer uma compreensão desta construção de masculinidade, que pode ser tóxica, mas também pode ser positiva. A **masculinidade positiva** é uma masculinidade que não se restringe ao estereótipo de homem que foi alimentado por longos anos na nossa sociedade **machista**. Para conhecer mais sobre a iniciativa 'Precisamos Falar com Homens', [clique aqui](#) [2] e para ver os resultados da pesquisa qualitativa, [clique aqui](#) [3].

Capa do relatório 'Precisamos falar com homens?' da ONU Mulheres Brasil com a ONG Papo de Homem (2016)
Fonte: ONU Mulheres Brasil e ONG Papo de Homem

QUAL O PAPEL DAS MULHERES NO DIAGNÓSTICO, NA TOMADA DE DECISÃO, NA CONSTRUÇÃO E NAS REPRESENTAÇÕES DA CIDADE?

1.1. DIAGNÓSTICO URBANO COM UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO: A EXPERIÊNCIA DAS CAMINHADAS EXPLORATÓRIAS E AUDITORIAS DE GÊNERO

1.2. MULHERES TOMADORAS DE DECISÃO EM NÍVEL LOCAL: COMITÊS E CONSELHOS DE MULHERES

1.3. QUEM FAZ A CIDADE: O LUGAR DA MULHER NA PROFISSÃO DE ARQUITETA E PLANEJADORA URBANA

1.4. AS REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS DAS MULHERES NO ESPAÇOS PÚBLICOS

1.1. DIAGNÓSTICO URBANO COM UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO: A EXPERIÊNCIA DAS CAMINHADAS EXPLORATÓRIAS

Muitas vezes, as pessoas em posição de tomada de decisão são homens, por diversas razões, seja pelo maior acesso à educação, a oportunidades de trabalho ou pela menor participação nas tarefas reprodutivas, que são frequentemente desempenhadas por mulheres. Isso aponta porque as necessidades e considerações das mulheres são pouco ou mal levadas em conta, às vezes até completamente esquecidas ou ignoradas. A criação da cidade não foge dessa regra, as instâncias de urbanismo, em particular a nível local ou do bairro, carecem da representatividade participativa das mulheres no planejamento urbano, em particular nos cargos de decisão. **Nesse contexto, como criar espaços para dar voz às mulheres para que possam expressar sua opinião sobre quais melhorias devem ser feitas nos nossos bairros?**

BOAS PRÁTICAS

Práticas bem conhecidas hoje são as chamadas **"auditorias de segurança feminina"**, também chamadas às vezes de **"caminhadas exploratórias"**. São realizados deslocamentos a pé por moradoras ou usuárias em áreas específicas dos seus bairros, para entender sua experiência diária e seus sentimentos de conforto ou desconforto nos diferentes lugares que frequentam (ruas, pontos de ônibus, praças, parques, transporte público e outros). As conclusões são consolidadas e levadas às autoridades para uma tomada de ação pública.



Mulheres participantes do projeto "Mulheres Caminhantes". Fonte: Patrícia França/ SampaPé

OS OBJETIVOS

- identificar os movimentos das mulheres e as sensações relacionadas;
- identificar e anotar vários critérios importantes para a criação de espaços inclusivos (a acessibilidade ao transporte público, a sensação de segurança, o mobiliário urbano, a iluminação, os símbolos, a limpeza, os obstáculos que possam ser encontrados, a inclinação e largura das calçadas, e muitos outros aspectos);
- co-desenhar soluções, com base nos resultados obtidos durante as caminhadas e oficinas com mulheres, para tentar criar espaços públicos sob a perspectiva das experiências de suas usuárias;
- desenvolver instrumentos de avaliação com uma perspectiva de gênero para os projetos urbanos realizados.

Com uma abordagem mais qualitativa, o objetivo não é pensar nas mulheres como objetos de avaliação, mas sim colocá-las no centro do diagnóstico para que o poder de decisão seja derivado da experiência delas. Essas caminhadas podem ser acompanhadas por sessões de empoderamento individual e coletivo, palestras públicas, oficinas criativas (utilizando por exemplo o teatro, a poesia ou outros meios) para abrir portas à participação sistemática das mulheres na criação do seu ambiente urbano cotidiano. Para aprender mais sobre boas práticas relacionadas às auditorias de segurança feminina, e inclusive encontrar guias e modelos de questionários, em inglês, [clique aqui](#) [4]



Fonte: SampaPé

SAMPAPÉ

Sampapé [5] é uma organização brasileira sem fins lucrativos fundada em 2012 com o objetivo de melhorar a experiência do caminhar nas cidades. Sob a direção de Letícia Sabino, Sampapé está trabalhando para fazer das cidades e ruas lugares onde todos os tipos de pessoas possam caminhar. Isto significa trabalhar sobre os temas de acessibilidade e segurança para todas e todos com a perspectiva de mulheres em muitos casos. Coletar experiências de mulheres através de estudos de

caminhabilidade proporciona alguns pontos de observações interessantes sobre a percepção da segurança das mulheres na cidade, sobre a facilidade da mobilidade e outros. Mas também permite identificar elementos dos espaços urbanos que precisam ser melhorados e desenvolver ferramentas de avaliação para as decisões de políticas públicas. Para aprender mais sobre o estudo de índice técnico de caminhabilidade sensível ao gênero feito pela organização Sampapé com o apoio do BID em Curitiba, [clique aqui](#). [6] Este documento também pode servir de inspiração para conhecer os parâmetros a serem integrados na organização de uma caminhada exploratória.



PODCAST "GÊNERO E CIDADES"

Para saber mais, ouça o [podcast](#) [7] do BID "Gênero e Cidades" com **Letícia Sabino** (Diretora de SampaPé) sobre o tema "Diagnóstico urbano, caminhabilidade e gênero"

Para ver mais sobre o projeto Mulheres Caminhantes de SampaPé, [clique aqui](#) [8]



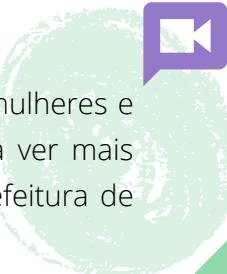
AUDITORIA DE SEGURANÇA EM JOÃO PESSOA



Fonte: BID

No coração do programa "João Pessoa Sustentável", parceria entre a Prefeitura Municipal de João Pessoa e o BID, a perspectiva de gênero é central para a revitalização de certas áreas da cidade. Em dezembro 2018, um seminário sobre gênero e cidade foi organizado com uma primeira caminhada exploratória realizada por funcionários de diversas secretarias da Prefeitura, e discussões iniciais sobre abordagens que deveriam ser integradas aos futuros trabalhos de urbanização que o programa prevê.

O programa ainda está em fase de implementação e procura promover a integração das mulheres e da perspectiva de gênero em todas as suas etapas. Para saber mais, [clique aqui](#). [9] Para ver mais sobre o projeto de auditoria de segurança com perspectiva de gênero conduzido pela Prefeitura de João Pessoa e o BID, [clique aqui](#). [10]



1.2. MULHERES TOMADORAS DE DECISÃO EM NÍVEL LOCAL: COMITÊS E CONSELHOS DE MULHERES

As políticas públicas urbanas são o que organizam e transformam as cidades, especialmente a nível municipal e local. A inclusão das mulheres no diagnóstico urbano é um bom começo, mas não é o suficiente; elas também devem ter **oportunidades iguais de acesso a cargos de decisão política e urbana**. Se as decisões são estatisticamente tomadas por um grupo homogêneo de pessoas, geralmente homens, brancos e de classe média alta, com seus próprios padrões de pensamento e representações sociais, como criar políticas públicas adaptadas às situações reais de outras pessoas nas cidades, como mulheres ou outros grupos específicos? Quais estruturas permitem ser mais sensíveis às necessidades das mulheres nas cidades, e ao mesmo tempo dar para elas um espaço de fala, aprendizagem e empoderamento? Como as mulheres podem ser integradas aos diagnósticos urbanos e, posteriormente, na tomada de decisão sobre as cidades?

BOAS PRÁTICAS

A criação de comitês de mulheres ou conselhos municipais são estruturas interessantes para o desenvolvimento de políticas públicas adaptadas às necessidades das mulheres. Ao criar espaços de diálogo e debate como esses, é possível sensibilizar, legitimar e adaptar certas políticas públicas. Eles representam espaços institucionais fundamentais para o exercício da participação cívica da mulher. A criação de tais comitês também pode ser aplicada com outros grupos de pessoas que estão, geralmente, sub-representadas no espaço público, a fim de abrir espaços de diálogos e de trabalho com esses atores sobre suas visões e necessidades na cidade, por exemplo, com crianças ou a comunidade LGBTQIA+.



Mulheres participando da Ronda Maria da Penha em João Pessoa. Fonte: Prefeitura Municipal de João Pessoa

ESTRUTURAS INSTITUCIONAIS DE PARTICIPAÇÃO FEMININA NA PREFEITURA DE JOÃO PESSOA

Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de João Pessoa

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher tem como objetivo a deliberação, normatização, fiscalização e execução de políticas relativas aos direitos da mulher, visando ser um centro permanente de debates entre os diversos setores da sociedade. É um órgão independente, mas atua juntamente com a Secretaria das Mulheres, com o objetivo de fortalecer as políticas de gênero da cidade.

Orçamento Participativo Mulher em João Pessoa

O Orçamento Participativo Mulher é uma ação complementar ao Ciclo do Orçamento Participativo que tem como objetivo potencializar as políticas públicas, programas e ações para as mulheres no âmbito da Gestão Municipal.



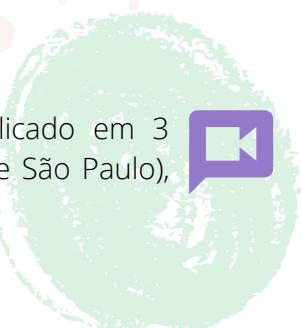
PODCAST "GÊNERO E CIDADES"

Para saber mais, ouça o [podcast](#) [11] do BID "Gênero e Cidades" com **Adriana Urquiza** (Secretária de políticas públicas para as mulheres de João Pessoa) sobre o tema "Políticas públicas e gênero".

GUIA PARA CRIAÇÃO DE CONSELHOS DOS DIREITOS DA MULHER

O Estado do Paraná elaborou em 2014 um Guia para criação de Conselhos Municipais Dos Direitos da Mulher que fornece informações, procedimentos e orientações sobre tais estruturas, inclusive uma sugestão de minuta de projeto de lei para criação de tais conselhos. Para ver o guia, clique [aqui](#). [12]

Para ver o Conselho dos direitos da Mulher explicado em 3 minutos (exemplo da cidade de Jacareí no Estado de São Paulo), clique [aqui](#). [13]



1.3. QUEM FAZ A CIDADE: O LUGAR DA MULHER NA PROFISSÃO DE ARQUITETA E PLANEJADORA URBANA

As profissões de arquiteto e urbanista foram historicamente ocupadas, principalmente, por homens, no entanto, hoje, também há muitas arquitetas e urbanistas. De acordo com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo, o CAU, em 2019, o Brasil possuía 167.000 arquitetos e urbanistas ativos e registrados, cuja maioria (63%) são mulheres. No entanto, **as mulheres têm baixa representatividade nas entidades profissionais: estão sub-representadas não apenas na organização da profissão, mas também na história da arquitetura e na memória coletiva nacional**. Enquanto os estudantes aprendem sobre os grandes nomes e obras dos arquitetos masculinos, as arquitetas mulheres permanecem nas sombras. Além de apresentarem paridade, estas profissões também precisam ser transdisciplinares, para pensar a cidade da maneira mais representativa possível.

BOAS PRÁTICAS

A plena igualdade de gênero é o **5º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável** (ODS) da Agenda 2030 da ONU. Em 2019, os Conselheiros do CAU/BR aprovaram a criação de uma Comissão Temporária de **Equidade** de Gênero no conselho, com o objetivo de cumprir a missão de promover Arquitetura e Urbanismo para todos sem distinção de gênero.



Fonte: Divulgação CAU/BR



Fonte: Divulgação ONU/Agenda 2030

O objetivo é implementar uma estrutura administrativa do CAU que respeite os princípios da plataforma **Women Empowerment Principles (WEP)** [14], coordenada pelo Pacto Global da Organização das Nações Unidas e a ONU Mulheres. Para ler o primeiro diagnóstico "Gênero na arquitetura e urbanismo", publicado em 2020, [clique aqui](#) [15].



Fonte: Alyssa Volpini/
Coletiva Arquitetas
(in)Visíveis

ARQUITETAS INVISÍVEIS

Este coletivo nasceu graças a mulheres estudantes de arquitetura que só foram apresentadas durante seu curso no currículo dos "grandes arquitetos" homens.

Elas queriam reparar a invisibilidade das arquitetas mulheres e mostrar a produção feminina no campo da arquitetura e do urbanismo, e criaram um site que funciona como um banco de dados de mulheres talentosas nessas áreas. É possível acessar seus trabalhos, projetos, revista e o podcast "O traço e delas" [aqui](#). [17]



Fonte: Coletiva Arquitetas (in)Visíveis



PODCAST "GÊNERO E CIDADES"

Para saber mais, ouça o [podcast](#) [18] do BID "Gênero e Cidades" com **Luiza Coelho** (Co-fundadora de Arquitetas Invisíveis) sobre o tema "Profissões urbanas e gênero".



Fonte: Prata Design/
Cau+Plural

CAU+PLURAL (CAU/SP)

CAU+PLURAL é uma força de 156 mulheres comprometidas com um CAU mais plural e participativo, com o objetivo de integrar a diversidade de gênero, raça, classe e território dentro da Instituição, para também integrar as perspectivas, experiências e talentos das mulheres na arquitetura e no planejamento urbano, de forma a tornar as decisões mais horizontais e não-hierárquicas.

Pela primeira vez na história do CAU-SP, as eleições do conselho, realizadas neste 15 de outubro de 2020, elegeram 100 mulheres, ou seja 64% dos 156 assentos disponíveis para conselheiros estaduais e federais para a gestão 2021/2023.

Para ler seus princípios, manifesto e propostas em seu website [clique aqui](#) [16]



Fonte: Gabriela de
Matos/
Arquitetas Negras

ARQUITETAS NEGRAS

O objetivo da iniciativa "Arquiteta Negras", criada em 2018 por Gabriela de Matos e Bárbara Oliveira, é mapear a produção dessas arquitetas e criar uma plataforma, tanto para pesquisa, quanto para contratação, a fim de diminuir a desigualdade racial e de gênero na arquitetura. A primeira ação para alcançar essa meta é a publicação da Revista Arquitetas Negras vol. 1, a primeira revista contém todo o conteúdo pensado e produzido por arquitetas negras brasileiras. Para acompanhar seus trabalhos e projetos, [clique aqui](#). [19]

Para saber mais sobre a discriminação interseccional nas profissões de arquitetura e planejamento urbano, assista ao vídeo: *Quem pensa as cidades? Racismo na arquitetura* com Stephanie Robeiro, arquiteta e urbanista, [clique aqui](#). [20]



1.4. AS REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS DAS MULHERES NO ESPAÇOS PÚBLICOS

NOMES DAS RUAS, PRAÇAS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

Nossa casa, nosso local de trabalho, nossos lugares preferidos... Cada um dos lugares onde vivemos, nos movimentamos e frequentamos diariamente estão localizados em alguma rua com um nome específico. Normalmente, as ruas que são chamadas pelo nome de uma pessoa foram nomeadas para homenagear e recordar essa pessoa, por ter sido, ou ser, importante para o país ou a cidade em questão. Porém, este símbolo urbano de prestígio e memória é praticamente monopolizado por nomes masculinos. Um estudo realizado em 2019 em São Paulo, chamado [Dicionário de ruas](#) [21], **mostra que apenas 16% das ruas da cidade possuem o nome de uma mulher**.



Isso reflete as desigualdades entre homens e mulheres na sociedade e contribui para **a sub-representação da grande maioria das mulheres importantes para a cultura e a memória brasileira nos espaços públicos**, sejam elas vias, praças, parques, estações de metrô ou ônibus, edifícios públicos e outros.

ARTE URBANO E REPRESENTAÇÕES FEMININAS EM ESPAÇOS PÚBLICOS

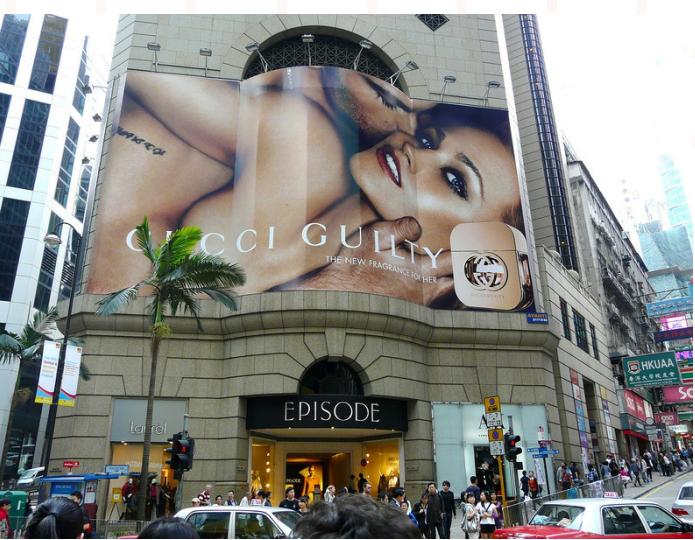


Graffiti da artista Evelyn Queiróz 'Negahamburguer'
Fonte: Divulgação Hypeness/Brunella Nunes

Quem cria as obras de arte que vemos nas cidades? Quais são as representações simbólicas da mulher na arte urbana? Qual é o lugar da mulher neste ambiente? Se tomarmos o graffiti como exemplo, as grafiteiras que fazem parte desse ambiente, muito masculino e discriminatório, denunciam a hostilidade e dificuldade que é desenvolver suas artes nos espaços públicos. **As obras de arte urbana contribuem para a divulgação de mensagens importantes, sobre inclusão, por exemplo, e contribuem para a reapropriação das representações artísticas realizadas pelas mulheres nos muros e demais espaços da cidade.** Além do simbolismo artístico, trata-se também da questão da presença física da mulher no espaço público. Ainda existem vários obstáculos que impedem as mulheres de ter plena liberdade de expressão artística, como é o caso de poder estar na rua por muito tempo, às vezes sozinha, às vezes à noite para poder grafitar.

PUBLICIDADE SEXISTA NO ESPAÇO PÚBLICO

A publicidade tem bastante presença nos espaços públicos em diversas partes da cidade, seja em cartazes, em terminais e paradas de transportes, em ônibus e outros. A **publicidade possui uma função importante na naturalização das relações de poder e dominação que envolve questões de gênero, com o uso de certas representações que solidificam os papéis sociais de homens e mulheres**. Em geral, a publicidade enfatiza os traços socialmente atribuídos às mulheres (emocionalidade, beleza, sensualidade etc.) e aos homens (força, virilidade etc.). Fica então interessante questionar a presença da publicidade na cidade, especialmente em lugares como bancas de jornal ou paradas de ônibus. Se elas podem constituir um elemento tranquilizador à noite, como ponto de segurança durante o trajeto noturno (fornecendo uma iluminação, presença humana e abrigo), elas também transmitem violência simbólica, uma vez que podem catalisar toda a publicidade sexista.



Publicidade objetivando as mulheres para um produto de consumo.
Fonte: Divulgação Pixabay

PRAÇA DAS MULHERES, JOÃO PESSOA

A Prefeitura Municipal de João Pessoa, através da Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres, inaugurou a "Praça das Mulheres" em 2017 com seis placas simbólicas com nomes de mulheres, cinco assassinadas e uma sobrevivente, vítimas de feminicídio na cidade. É um excelente projeto, tanto para falar de um problema político (feminicídios), como para tornar visível e prestar homenagem, além de gerar um espaço simbólico para as mulheres no espaço público. O espaço busca chamar atenção para a violência contra as mulheres e sensibilizar a população para o alto índice de violência no Brasil e na Paraíba. A praça recebeu seis nomes de mulheres, que foram violentadas, com o plantio de seis árvores. Como diz a Secretaria Municipal, a reverência a essas mulheres é importante porque, além de ser o respeito à memória destas mulheres vítimas de uma prática machista e violenta, irá simbolizar a resistência de quem conseguiu sobreviver a ela.



PODCAST "GÊNERO E CIDADES"

Para saber mais, ouça o [podcast](#) [9] do BID "Gênero e Cidades" com **Adriana Urquiza** (Secretária de políticas públicas para as mulheres de João Pessoa) sobre o tema "Políticas públicas e gênero"



EFÊMMERA

Artistas criaram o coletivo "Efêmmera", em São Paulo, como uma plataforma para o empoderamento feminino no campo da arte de rua e para a valorização dos talentos femininos. Reivindicam a ocupação das ruas, tanto física, através do corpo, como simbólica, através da arte, para defender a igualdade entre homens e mulheres no espaço público. Para ver seus projetos e os artistas do coletivo, [clique aqui](#). [22]



Mulheres pintando uma obra urbana em um muro no espaço público. Fonte: Efêmmera



Na série de vídeos "A Rua é das Minas", o episódio 2 "Ocupando a cidade" nos mostra artistas comprometidas que reivindicam seu lugar na cidade simbolicamente, através das suas pinturas, e fisicamente, através de sua presença prolongada no espaço público. Para ver, [clique aqui](#). [23]



AS
FUNCIONALIDADES
DOS ESPAÇOS
PÚBLICOS SÃO
PENSADAS DE
FORMA EQUITATIVA
DE ACORDO COM O
GÊNERO, A IDADE E
OUTRAS
CARACTERÍSTICAS
DOS USUÁRIOS E
USUÁRIAS?

2.1. "CUIDADO" E RITMOS DE
VIDA: IMPACTOS NA
MOBILIDADE URBANA

2.2. INFRAESTRUTURAS URBANAS
FUNCIONAIS E INCLUSIVAS

2.3. MOBILIDADE URBANA PARA
TODAS E TODOS

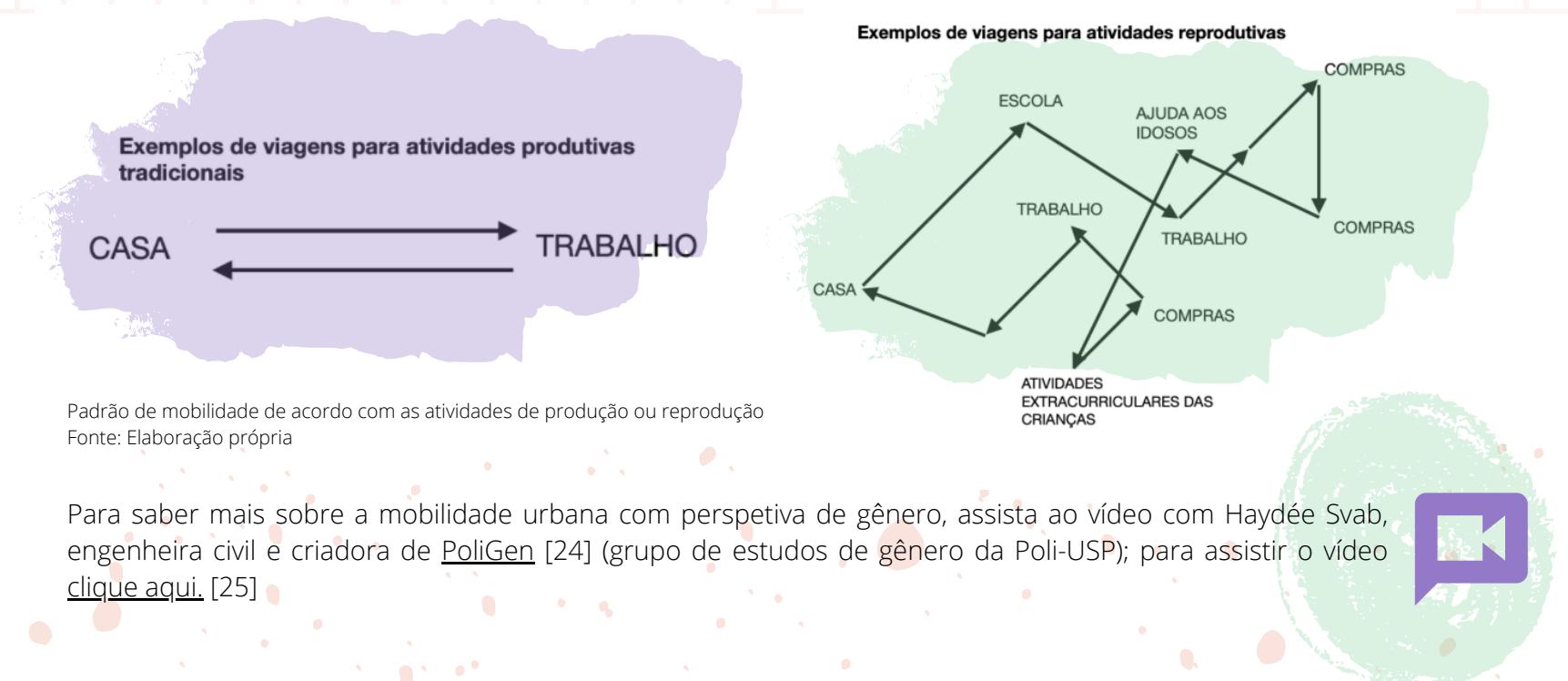
2.1. "CUIDADO" E RITMOS DE VIDA: IMPACTOS NA MOBILIDADE URBANA

O **espaço público** não é apenas um pano de fundo, um cenário em que as ações humanas acontecem, mas é também um produtor de significados e um reprodutor de dinâmicas sociais. As cidades desempenham um papel fundamental na produção, consumo, reprodução de normas e identidades de gênero. Ao mesmo tempo, a cidade é o teatro das interações sociais diferenciadas sexualmente e das práticas rotineiras, seja no espaço doméstico, no espaço público ou na mobilidade diária. Elas **não são pensadas e criadas de forma neutra**, mas com uma certa perspectiva que reflete invisivelmente nas atividades, ritmos de vida e experiências.

As **atividades reprodutivas** são consideradas como "**trabalho de cuidado**", o "care" em inglês, historicamente relegadas ao domínio feminino. Este trabalho é objeto de múltiplas práticas que vão além da função materna, quer pensemos em trabalho doméstico, trabalho social, assistência médica a crianças, idosos, pessoas doentes ou com deficiência. Nem sempre são as mulheres que cuidam das crianças, levando-as à escola, cuidando de pais e idosos, pessoas doentes etc, mas estatisticamente sim, são elas que, com maior frequência, cuidam dessas tarefas. Essas atividades reprodutivas são muito variadas e implicam num ritmo de vida intenso, de acordo com cada situação. Um exemplo é o dilema entre trabalho em tempo parcial, com menor renda e limitações de emprego, ou tempo integral, com o acúmulo de tarefas domésticas gerando uma **jornada dupla** ou até **tripla** de trabalho.

As atividades reprodutivas realizadas pelas mulheres originam parte das desigualdades na mobilidade urbana, pois a realização das atividades reprodutivas corresponde a **uma mobilidade muito mais complexa do que a mobilidade produtiva**, tipicamente masculina, que envolve, majoritariamente, sair de casa pela manhã para ir ao trabalho e voltar para casa pelo mesmo percurso.

Como podemos ver nos diagramas, a mobilidade urbana realizada de acordo com as atividades reprodutivas diárias, além das atividades produtivas tradicionais, é muito **mais complexa, exigindo paradas mais frequentes, viagens mais curtas, com desvios e com cargas físicas** (carrinhos de bebê, compras, etc.). A mobilidade da mulher necessita, então, de uma organização muito maior, que nem sempre pode ser realizada em condições ideais de segurança e conforto, de acordo com o almejado no planejamento urbano.



CICLOCIDADE e BIKE TOUR SP

Alguns anos atrás, em 2015, a associação de ciclistas urbanos de São Paulo denominada Ciclocidade, criou um grupo de trabalho especificamente sobre questões de gênero no ciclismo urbano. O grupo se propõe a debater e atuar a partir das diversas questões que tangenciam o uso da bicicleta por mulheres, bem como na forma como os papéis masculinos e femininos definem a mobilidade no espaço urbano. O grupo de trabalho lançou a pesquisa "*Mobilidade por Bicicleta e os desafios das mulheres de São Paulo*", a qual foi elaborada, conduzida e analisada por pesquisadoras mulheres. O lançamento da pesquisa foi um marco para compreender o perfil e os principais desafios das mulheres que usam a bicicleta como meio de transporte em São Paulo, identificando os possíveis entraves para adoção desse modo por elas. A pesquisa indica uma porcentagem muito baixa de mulheres que usam bicicletas em São Paulo, contabilizando cerca de, apenas, 6%. Para ver seus projetos e publicações, [clique aqui](#) [26]



Mulheres andando de bicicleta. Fonte: Divulgação Nice Ferreira/
Mobilize Brasil

PODCAST "GÊNERO E CIDADES"

Para saber mais, ouça o [podcast](#) [28] do BID "Gênero e Cidades" com **Patricia Valverde** (Co-fundadora da Bicicleteria Cultural) sobre o tema "*Mobilidade urbana e gênero*"

"MUJERES TRABAJANDO" - COLECTIVO PUNT6

MUJERES TRABAJANDO
Guía de reconocimiento urbano con perspectiva de género



Este guia está em espanhol e foi criado após um estudo do Coletivo Punt6, uma associação de mulheres com diferentes origens e experiências de vida, pertencentes a diferentes áreas de conhecimento dentro da arquitetura, urbanismo e sociologia, com sede em Barcelona. Embora não seja uma iniciativa brasileira, é uma referência fundamental para entender a complexidade das viagens das mulheres na cidade. Ela pode servir de inspiração sobre os temas de cuidado, mobilidade e atividade reprodutiva. Se pode ler o guia completo [aqui](#) [29]

2.2. INFRAESTRUTURAS URBANAS FUNCIONAIS E INCLUSIVAS

Quem faz nossas cidades e para quem? Isso está fisicamente incorporado na infraestrutura urbana que usamos todos os dias. O espaço público deve ser projetado para as necessidades de todas e todos. Tomemos alguns exemplos:

OS BANHEIROS PÚBLICOS

Os banheiros são um elemento indispensável tanto para homens quanto para mulheres, e pessoas LGBTQIA+. Os mictórios estão muito presentes e são utilizados no espaço público, enquanto os banheiros femininos estão muito menos presentes. Porém, são até mais necessários, já que as mulheres não possuem outro meio senão ter um local fechado e seguro para fazer suas necessidades. Assim, pensar em espaços públicos com perspectiva de gênero significa facilitar o acesso a infraestruturas que correspondam às necessidades das mulheres quando se deslocam, seja para urinar, trocar as fraldas dos bebês, ter pontos de água, amamentar e outros. É uma questão de higiene (inclusive menstrual), mas também de acessibilidade e conforto. Os banheiros também devem ser projetados para pessoas que acompanham idosos, pessoas com deficiência ou crianças, e integrar fraldários para crianças tanto no banheiro masculino quanto no feminino, ou em banheiros agênero. Finalmente, eles são um elemento chave para as pessoas em situação de rua, especialmente para as mulheres, na medida em que fornecer acesso à higiene básica é essencial à dignidade humana.

ILUMINAÇÃO EM ESPAÇOS PÚBLICOS

Um critério importante para espaços públicos seguros é a iluminação. É importante que o local seja visível, além de possibilitar ver outras pessoas e poder ser visto, a iluminação da cidade precisa também se voltar à escala humana, ou seja, ser adequada ao pedestre. Uma boa iluminação é igualmente importante para a segurança rodoviária em todas as viagens, seja para pedestres ou para veículos motorizados. Em São Paulo por exemplo, um [estudo](#) [30] demonstrou a correlação direta entre a falta de iluminação pública e os acidentes de trânsito, com uma vulnerabilidade particular dos idosos, já que 61% das pessoas hospitalizadas por causa de acidentes rodoviários possuem mais de 60 anos. Também é necessário tornar a iluminação compatível com sistemas mais eficientes e sustentáveis, visando alocar pontos de iluminação em áreas específicas com dispositivos inovadores e com bom desempenho (sensores de movimento, iluminação de baixo consumo energético etc.).

OS BANCOS E ASSENTOS PÚBLICOS

Qual é o ritmo de caminhada das crianças e dos idosos? Eles precisam fazer pausas frequentes? Isso deve ser levado em conta ao posicionar bancos e assentos públicos, por exemplo. Os espaços públicos com mobiliários para intervalos frequentes durante a caminhada respeitam os ritmos diferentes de cada um, desde o mais jovem até o mais idoso.

AS LARGURAS E CONDIÇÕES DAS CALÇADAS E VIAS

Como um pai, uma mãe, um avô, uma avó ou qualquer outra pessoa encarregada do trabalho de cuidado se desloca com seus filhos quando a calçada é perigosa, estreita demais ou cheia de obstáculos? O espaço público não é acolhedor se as calçadas não forem suficientemente largas para que os pais possam caminhar em segurança com seus filhos e filhas. As calçadas, ou as vias nos parques e praças, devem ser construídas com uma largura mínima que permita o movimento simultâneo de pedestres, cadeiras de rodas, pessoas com carrinhos de bebês ou de compras, pessoas com bengalas ou andadores etc. A qualidade das calçadas também é muito importante, evitando desniveis e buracos que possam atrapalhar a locomoção do pedestre.

PRAÇAS, PARQUES, ESPAÇOS VERDES E PLAYGROUNDS

A localização dos espaços de recreação é uma questão-chave na cidade: onde se encontram? ao lado de uma rodovia, de uma via movimentada? As ruas ao redor dos parques devem estar sujeitas a um limite de velocidade adequado, ou até fechadas para a passagem de veículos motorizados. Além disso, como construir [parques para todas e todos](#) [31] com uma perspectiva interseccional levando em conta gênero, idade, identidade, raça e sexualidade?

PONTOS DE TRANSPORTE E PARADAS DE ÔNIBUS

Pontos de transporte e paradas de ônibus são áreas de parada urbana, onde muitas pessoas na cidade estão em trânsito, esperando por um ônibus, metrô ou trem, por exemplo. Eles devem ser projetados como lugares seguros, iluminados, onde é possível ser visto e ver o que está acontecendo ao seu redor, para não se transformar em esconderijos. Também precisam ser acessíveis a todas e todos, seja para uma cadeira de rodas, bengala ou andador, carrinho de bebê ou crianças pequenas. São pontos importantes na cidade porque permitem o bom deslocamento de todas e todos, de acordo com as diferentes atividades e necessidades.

AS VAGAS DE ESTACIONAMENTO RESERVADAS

Para facilitar a mobilidade de pessoas com deficiência ou mulheres grávidas, por exemplo, é importante pensar em padrões de mobilidade de forma adaptada, também quando se desloca com veículos motorizados particulares. Por exemplo, pensar em vagas de estacionamento reservadas em frente a centros de saúde, escolas, lugares de compras e outros, são uma boa prática para facilitar o acesso desse público a esses lugares.

PONTOS DE TRANSPORTE SEGUROS EM MACEIÓ

Um dos princípios para uma cidade mais segura e mais inclusiva é a visibilidade, ou seja, ver e ser visto. Através do exemplo deste ponto de ônibus em Maceió, podemos observar nas imagens que o design dos mobiliários urbanos possibilita a visualização do que está acontecendo dentro e nas laterais do ponto de ônibus. De fato, possuir superfícies transparentes ou espaçadas é importante para a visibilidade. Da mesma forma, os pontos de ônibus devem ser iluminados à noite para permitir que todos os usuários utilizem o transporte público sem medo ou apreensão.



Exemplo de um desenho de parada de ônibus, em Maceió, que permite maior visibilidade. Fonte: Clémentine Tribouillard

Para saber mais sobre a importância do bom desenho das ruas, adaptado aos movimentos dos usuários, [clique aqui](#). [32]



Banheiros públicos para pessoas em situação de rua no Setor Comercial Sul de Brasília, gestionados pela organização 'No Setor'.
Fonte: No Setor

BANHEIROS PARA TODAS E TODOS EM BRASÍLIA

Seja móvel ou fixo, o banheiro é uma infra-estrutura urbana importante na luta pelo direito a uma cidade para todas e todos. Um exemplo interessante é a organização ["No Setor"](#) [33] em Brasília, que instalou banheiros de gestão comunitária em espaços públicos para pessoas em situação de rua, acessíveis a todas e todos. Os banheiros possuem chuveiros, oferecendo a seus usuários e usuárias acesso à água para higiene. ["Banho do Bem"](#) [34] é outra iniciativa brasiliense relacionada à instalação de banheiros móveis para pessoas em situação de rua, migrantes ou em qualquer situação de vulnerabilidade crônica ou transitória, oferecendo banho quente, itens de higiene como sabonete e toalhas, assim como roupas limpas, procurando restituir dignidade física, moral e social a estas pessoas.



Planejadores urbanos medindo a largura das calçadas como parte da análise de acessibilidade para o projeto Reviva Campo Grande.
Fonte: Prefeitura de Campo Grande/BID

PROJETO BID REVIVA CAMPO GRANDE

O BID está trabalhando dentro do projeto REVIVA CAMPO GRANDE para revitalizar a cidade com uma perspectiva inclusiva. O foco adotado para a mobilidade inclusiva foi direcionado às pessoas com deficiência e mulheres, a fim de entender seus padrões e necessidades de mobilidade ao se deslocarem.

A largura e qualidade das calçadas e vias, mas também a remoção de quaisquer obstáculos à mobilidade para cadeiras de rodas, que também beneficiam as crianças, é a prioridade dentro do projeto.

2.3. MOBILIDADE URBANA PARA TODAS E TODOS

As viagens das mulheres relacionadas às atividades reprodutivas não são os únicos pontos cegos no planejamento urbano. Nossas cidades são construídas limitando também a convivência e circulação de pessoas segundo a idade e as habilidades físicas.

Adotar um programa para espaços acessíveis a todos (sensíveis ao gênero, idade e capacidade física e cognitiva) implica rever as prioridades de mobilidade. Os chamados meios de transporte ativos, como a pé ou bicicleta, devem ser baseados em uma infraestrutura sem barreiras, ou seja, sem qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, e devem ser considerados prioritários em relação aos meios de transporte mais poluentes e exclusivos, como o transporte motorizado individual.

Também significa **repensar a mobilidade em toda a cidade e favorecer viagens curtas em escala de quadra ou bairro**, onde os serviços básicos (centros de saúde, assistência social, creches, áreas comerciais e outros) sejam acessíveis para todos em um curto período de caminhada.

É necessário considerar estes parâmetros nos processos participativos dos projetos urbanos (concepção, desenho, financiamento, implementação e avaliação), integrando pais, filhos, mulheres, idosos e pessoas com deficiência para entender as reais barreiras impostas pelas cidades que são insuperáveis para algumas pessoas.



Voluntárias de Corrida Amiga caminhando com duas mulheres idosas e uma pessoa com deficiência visual. Fonte: Lucas Ota e Fábio Miyata/ Corrida Amiga

Para ver os desafios da mobilidade urbana e as perspectivas das mulheres explicados em menos de 5 min pelos participantes do evento "Mobilidade Urbana e a Perspectiva das Mulheres", organizado pelo WRI Brasil em parceria com Cidade Ativa, SampaPé, Corrida Amiga, ITDP, Pé de Igualdade e ANTP, [clique aqui](#). [35]



BID BRASIL

Trabalhando no setor de transportes com uma perspectiva de gênero

"Segundo estudos do BID (2015), as mulheres representam mais de 50% dos usuários do transporte público urbano, mas ainda são minoria entre os profissionais que projetam, implementam e operam sistemas de transporte. O BID Brasil está trabalhando na importância do lugar da mulher no setor de transporte, tanto como usuária diária do transporte quanto no mercado de trabalho do setor, através de campanhas de conscientização e sensibilização. Todos os projetos se baseiam em 5 princípios que são o estudo e a compreensão da mobilidade das mulheres, o desenvolvimento de serviços de mobilidade inclusivos, a garantia da segurança das mulheres no transporte, a capacitação das mulheres no setor de transporte e o estímulo a mudanças comportamentais, especialmente no que diz respeito à agressão no transporte. A Divisão de Transportes do BID lançou "Transport GenderLab" (Laboratório de Gênero em Transporte em português) para conseguir a incorporação e o fortalecimento da perspectiva de gênero no transporte.



Mulheres respondendo à pergunta: "Por que é importante ter mulheres na infra-estrutura de transporte"? Fonte: Karisa Ribeiro/ BID.

O Transport GenderLab propõe uma rede de cidades que buscam um diálogo sobre a incorporação da perspectiva de gênero nos sistemas de transporte público e objetiva gerar conhecimento e troca de experiências sobre a concepção, implementação e monitoramento de iniciativas e atividades em prol da igualdade de gênero no setor de transporte. Até hoje, o GenderLab realizou mais de 40 iniciativas de conscientização e educação, cerca de 20 iniciativas de prevenção, uma dúzia de iniciativas para proporcionar acesso ao emprego no setor de transporte, bem como várias iniciativas de construção de infraestrutura com enfoque no gênero. O [blog do projeto](#) [36] apresenta projetos inspiradores em toda a América Latina e o Caribe.

CORRIDA AMIGA

O Instituto Corrida Amiga busca aproximar e conectar as pessoas ao espaço em que vivem, com atividades de sensibilização lúdico-educacionais, desenvolvimento de projetos, pesquisas e manuais — voltados às crianças, universitários, idosos e pessoas com deficiência. O objetivo é sensibilizar a população sobre a necessidade de espaços urbanos mais saudáveis, acessíveis e caminháveis. Em 2015, a Corrida Amiga lançou sua campanha "A Pé ao Trabalho" para promover e incentivar a caminhada como meio de transporte como qualquer outro. Desde 2016, vários projetos têm sido realizados no âmbito do "Como Anda" para promover e facilitar a caminhada na cidade com diferentes grupos de usuários e usuárias dos espaços públicos, tais como idosos, crianças e pessoas com deficiência. Para ver todas as suas ações e campanhas, [clique aqui](#). [37]

A HABITABILIDADE DOS ESPAÇOS URBANOS: IGUAL PARA TODAS E TODOS?

3.1. UNIDADE RESIDENCIAL:
DIREITO À MORADIA ADEQUADA ?

3.2. EM UMA ESCALA DE BAIRRO:
USO MISTO PARA TODAS E TODOS

3.3. MULHERES CONSTRUINDO A
CIDADE

3.1. UNIDADE RESIDENCIAL: DIREITO À MORADIA ADEQUADA ?

O direito à moradia é um direito universal, independentemente do sexo, classe, etnia ou raça. Acima de tudo, o direito a uma moradia digna que atenda às necessidades humanas básicas deve ser uma prioridade global. No Brasil, o [artigo 35-A da Lei 11.977/09](#) [38] em 2009 relativa ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) afirma que “os contratos e registros efetivados no âmbito do PMCMV serão formalizados, preferencialmente, **em nome da mulher**”. Este artigo oferece uma certa segurança para as mulheres em caso de divórcio ou separação para manter a propriedade em questão, já que o contrato está em seu nome. É necessário que isto seja acompanhado por um direito à moradia a partir de uma perspectiva de gênero, o que pode ser realizado através de abordagens simples apresentadas a seguir:

a longo prazo: pensar em unidades residenciais para todas e todos implica levar em conta a diversidade de usos e ritmos de vida, e isso a longo prazo. De fato, os usos de uma casa mudam durante a vida, como por exemplo: vida estudantil, vida de casal, vida familiar, acolher uma nova filha ou um novo filho, acolher um parente doente ou idoso etc. Todas estas situações implicam ter que mudar ou ampliar a própria moradia. A unidade residencial deve ser flexível, ou seja, evolutiva, de fácil adaptação às mudanças familiares.

a curto prazo/ diariamente: uma abordagem inclusiva da habitação implica levar em conta os diferentes ritmos da rotina diária. As obras feministas pensaram em unidades habitacionais nas quais os locais para tarefas domésticas (como a cozinha ou a área de serviço) seriam salas comuns para todos os residentes, compartilhadas e maiores, e até mesmo considerar espaços para atividades produtivas, no caso de algumas famílias. A transformação dos espaços comuns do condomínio em espaços coletivos de qualidade, como salas de atividades, lavanderia e outros também permite o aumento de momentos de reuniões e socializações entre vizinhos e vizinhas dentro da residência, o que permite a construção de redes de ajuda mútua e solidariedade. No projeto arquitetônico e na construção, é fundamental considerar a opinião e as expectativas das famílias, e analisar as características familiares para conceber vários protótipos de moradias. Uma análise interseccional de projetos de habitação também precisa incluir conceitos básicos de inclusão social, como evitar fenômenos de **gentrificação**, combater despejos e valorizar reassentamentos estritamente necessários e devidamente compensados, promover pluralidade de perfis socioeconômicos e rendas na seleção de beneficiários ou atribuição de unidades habitacionais para promover mistura social e integração, entre outros.

BOAS PRÁTICAS

Os “apartamentos associados” são uma forma de incentivar a ajuda mútua entre gerações. Isso pode tomar a forma de apartamentos familiares separados, porém com uma sala em comum, ou seja, um lar para a família nuclear e outro para os pais idosos. Também podem ser uma habitação modular onde existam quartos sem usos designados, que possam ser ocupados de acordo com as necessidades, sendo elas acolher um pai doente, acolher uma nova criança, ou montar um escritório, se houver períodos de teletrabalho, por exemplo. Estas possibilidades precisam ser pensadas desde a fase de projeto arquitetônico, a fim de garantir a máxima **flexibilidade para a ocupação da moradia de acordo com as necessidades específicas das pessoas envolvidas**. Esta flexibilidade facilita a vida diária das pessoas que realizam as tarefas de cuidado, principalmente as mulheres. Ao mesmo tempo, permite também aos idosos manter laços sociais estreitos com suas famílias e poder contar com eles em momentos de necessidade, como durante a crise do COVID-19, quando muitos idosos sofreram com o isolamento e a solidão devido à restrição de visitas. Em resumo, o que está no centro das reflexões para moradias mais inclusivas é entender a construção de habitações de acordo com as necessidades e o bem-estar das pessoas que viverão nelas.



Os planos flexíveis do complexo Frauen-Werk-Stadt, criado pela arquiteta Elsa Prochazka. Fonte: Divulgação/ Andrea Neuwirth

FRAUEN-WERK-STADT NA ÁUSTRIA E MUJEFa NO URUGUAI

Já existem experiências internacionais muito interessantes que comprovam os benefícios da arquitetura de gênero, apesar desse tema ainda estar iniciando no Brasil. Uma das primeiras realizações concretas emblemáticas de arquitetura de gênero no mundo é o conjunto de empreendimentos habitacionais “Frauen-Werk-Stadt (FWS) I, II e III” (“Mulheres da cidade do trabalho” em português) em Viena, estudados na [pesquisa](#) da Renata Coradin [39]. A Secretaria de Gênero da Cidade de Viena, criada em 1998, foi a precursora destes três projetos. Nas palavras da Renata Coradin, “se o FWS II transmite maior sensação de comunidade que o FWS I, no terceiro essa sensação é ainda maior, pois esse projeto conta com a participação de uma associação de mulheres durante todo o processo, desde a escolha do terreno até a definição dos espaços em que elas desejavam viver.”



Fachada do edifício da cooperativa MujeFa na Cidade Velha de Montevidéu. Fonte: Divulgação/ Inventario del patrimonio arquitectónico y urbanístico de la Ciudad Vieja

Outro projeto piloto interessante, esse mais próximo geograficamente do Brasil, é a iniciativa MujeFa no Uruguai. MujeFa é uma cooperativa habitacional que foi formada na cidade de Montevidéu em 1990. Atualmente é composto por doze mulheres chefes de família que compartilham um edifício localizado no centro histórico que foi adquirido e reformado pela Prefeitura de Montevidéu. O caso de MujeFa aponta para o retrofit de moradias ociosas para populações que fazem uso diário da cidade, no caso mulheres que tinham como objetivo ficar e morar no bairro para poder criar crianças pequenas, sendo mais conveniente para elas residirem em uma área estrategicamente localizada perto de serviços básicos, como educação, saúde, comércio e lazer.



Dois mulheres trabalhando em um canteiro de obras de um projeto da “Arquitetura Na Periferia”. Fonte: Pedro Thiago Silva/ Arquitetura na Periferia

ARQUITETURA NA PERIFERIA

Arquitetura na Periferia é um projeto nascido em 2014 em Belo Horizonte, que visa a melhoria da moradia para mulheres da periferia, por meio de um processo onde elas são apresentadas às práticas e técnicas de projeto e planejamento de obras, e recebem um microfinanciamento para que conduzam, com autonomia e sem desperdícios, as reformas de suas casas.

Em 2018, com o crescimento do projeto, a Arquitetura na Periferia se institucionalizou através da criação do Instituto de Assessoria à Mulheres e Inovação, o [IAMÍ](#), [40] que pretende abrigar novos projetos visando a equidade de gênero e o combate às desigualdades sociais. Para ver todos os seus projetos, [clique aqui](#). [41]

Para conhecer as mulheres que participam do projeto de Arquitetura na Periferia em Belo Horizonte, [clique aqui](#). [42]

3.2. EM UMA ESCALA DE BAIRRO: USO MISTO PARA TODAS E TODOS

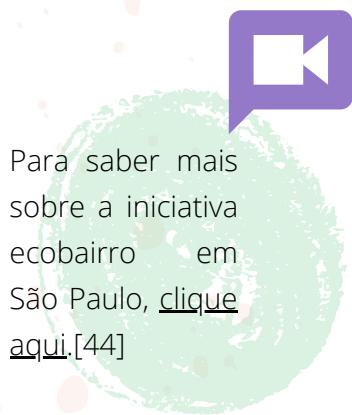
3

O tecido urbano também deve levar em conta os **movimentos dos moradores, no nível da rua ou do bairro**. Sendo assim, o uso misto constitui um elemento essencial a ser considerado para facilitar as tarefas relacionadas aos cuidados familiares. Os edifícios residenciais também se beneficiam em acolher instalações de cuidado para idosos, espaços de recreação para crianças, mulheres, jovens, lojas para compras diárias e outros. E quanto mais locais de uso misto existirem na vizinhança, mais curto será o trajeto dos encarregados das tarefas reprodutivas no dia-a-dia.

Espaços educativos, de saúde, culturais ou comerciais também contribuem à vida do bairro, à sua dinâmica, à movimentação das ruas e das entradas de condomínio por residentes e usuários em horários diversos do dia e da noite, diminuindo assim sensações de insegurança e oportunidades de assalto ou agressão, em relação a espaços de uso único (residencial, institucional, comercial - etc.).

ECOBairro SÃO PAULO

O Ecobairro Brasil, atualmente chamado Instituto Ecobairro Brasil, é um programa nascido em 2004 para construir bairros que respeitam os princípios do desenvolvimento sustentável. Os ciclos de vida estão no coração do programa, levando em conta atividades e ritmos desde a primeira infância, passando pela vida adulta até a terceira idade. As diferentes escalas de transformação começam do indivíduo, passando pela habitação, até alcançar a escala do bairro inteiro. Finalmente, os modelos de mobilidade, viagem e construção são concebidos em escala individual, dando prioridade a modos de transporte ativos e ambientalmente corretos, pois o que é bom para o meio ambiente também é bom para o maior número de pessoas. O Instituto Ecobairro Brasil, junto com a Prefeitura Regional Vila Mariana, foi uma das seis iniciativas selecionadas para o Projeto Municipalidades em Transição (MiT), organizado pelos Hubs Internacionais da Rede das Cidades em Transição. Para mais informações, clique aqui.[43]



Um exemplo de rua no Ecobairro SP com usuários que utilizam meios de transporte ativos. Fonte: Ecobairro SP

CONJUNTO HABITACIONAL DO JARDIM EDITE EM SÃO PAULO

O projeto 'Conjunto Habitacional do Jardim Edite', datado de 2010, foi criado por H+F Arquitetos e MMBB Arquitetos no local da antiga favela do mesmo nome, Jardim Edite. O projeto possui uma área total construída de 25.500 m², com 252 Unidades Habitacionais de 50 m². Para garantir a integração do conjunto de habitação social à sua rica vizinhança, o projeto articulou a verticalização do programa de moradia a uma base constituída por três equipamentos públicos - Restaurante Escola, Unidade Básica de Saúde e Creche - orientados para a comunidade moradora. Este é um exemplo da integração de serviços de cuidado a nível de vizinhança dentro do conjunto habitacional.



Uma visão dos espaços verdes dentro do projeto 'Conjunto Habitacional do Jardim Edite. Fonte: Divulgação Nelson Kon

3.3. MULHERES CONSTRUINDO A CIDADE

A construção civil é tradicionalmente um setor muito masculino. De acordo com a pesquisa da empresa social Diosa, poucas mulheres estão nos canteiros de obras e, portanto, poucas participam da construção física da cidade - atualmente, mulheres compõem apenas 15% da mão de obra na construção civil. Existe muita discriminação na contratação dessas profissionais, devido aos estereótipos persistentes sobre a capacidade das mulheres de realizar esse tipo de trabalho, e também muita discriminação sexista no dia-a-dia das mulheres nesse setor.

Muitas questões estão em jogo: **a primeira questão é econômica** - o objetivo é facilitar o acesso das mulheres a este mercado de trabalho e assim facilitar uma fonte estável de renda, providenciando autonomia financeira; **a segunda questão é o empoderamento das mulheres** - que visa capacitar as mulheres para que elas possam aprender técnicas de construção, a fim de reproduzi-las em suas próprias casas ou em seus bairros; **e por último a questão simbólica**, pois quanto mais feminizado for o setor da construção da cidade, mais seus corpos estarão física e simbolicamente presentes nos espaços urbanos.

DIOSA

Sediada em Porto Alegre e criada em 2015, a Diosa é uma empresa social de capacitação e apoio às mulheres no mercado da construção civil, que nasceu de uma análise dos problemas desse mercado. O resultado da análise aponta que, pelo lado da oferta, 94% das profissionais mulheres já sofreram agressão ou assédio no seu local de trabalho, enquanto que, pelo lado da demanda, existe um número crescente de clientes mulheres chefes de família querendo realizar reforma, porém que não se sentem à vontade em conviver com equipes masculinas dentro da sua casa, pessoalmente ou por causa dos seus filhos. A empresa, que visa apoiar as mulheres em todas as etapas da profissão, conecta clientes interessados numa reforma domiciliar e profissionais mulheres competentes. Para mais informações, [clique aqui](#). [45]



Dois mulheres trabalhando em um canteiro de obra da Diosa.
Fonte: Larissa Blessmann/ Diosa



MULHER EM CONSTRUÇÃO

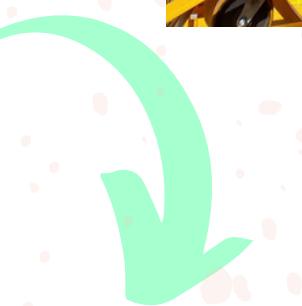
Mulher em construção é uma ONG nascida em 2006, no município de Canoas (RS) para capacitar mulheres no setor da construção civil, visando resgatar seus valores, direitos e independência econômica. Elas trabalham com diversos órgãos públicos e empresas que reconhecem a importância do projeto e apostam na inserção da mulher na construção civil devido ao seu grande potencial produtivo e de organização. Para mais informações, [clique aqui](#). [49]



Mulheres durante atividades de capacitação no PROSAMIM.
Fonte: Governo de Amazonas



Três mulheres trabalhando em um canteiro de obra da 'Mulher em Construção'. Fonte: Bia Kern/ Mulher em construção



PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DE MANAUS (PROSAMIM)

O Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM) [50], parceria entre o Estado de Amazonas e o BID, traz um outro exemplo de capacitação de mulheres e integração de mulheres no mercado de trabalho da construção civil, de mulheres. Em conjunto com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), atividades de capacitação são organizadas para as moradoras dos conjuntos habitacionais construídos pelo programa, em temas de manutenção residencial, compartilhando conhecimentos sobre alvenaria, elétrica, hidráulica, revestimento, pintura e segurança na obra, entre outros.

ASSÉDIO E SEGURANÇA:

AS RUAS SÃO
LUGARES
SEGUROS PARA
TODAS E TODOS?

4.1. UMA ESTRUTURA LEGAL PARA COMBATER
O ASSÉDIO E OS ATAQUES CONTRA AS
MULHERES NO ESPAÇO PÚBLICO

4.2. COMO AS MULHERES EXPERIMENTAM O ESPAÇO
PÚBLICO: OS IMPACTOS SOBRE OS DESLOCAMENTOS
URBANOS

4.3. SENSIBILIZAÇÃO E ESTRATÉGIAS PARA A
RECUPERAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

4.1. UMA ESTRUTURA LEGAL PARA COMBATER O ASSÉDIO E OS ATAQUES CONTRA AS MULHERES NO ESPAÇO PÚBLICO

A política ambiental e social do BID define a **violência de gênero** como “qualquer ato contra a vontade de uma pessoa”, e que se baseia em normas de gênero e relações de poder desiguais. Inclui ameaças de violência, coerção e assédio, e pode ser de natureza física, emocional, psicológica ou sexual. Também pode envolver a negação de uso ou acesso a recursos, e infligir danos a pessoas de todos os sexos.” A violência de gênero é um problema estrutural que afeta principalmente as mulheres e que está presente tanto no âmbito doméstico, quanto no público, em diferentes vertentes, sejam elas: física, sexual, psicológica, econômica, cultural etc. A violência de gênero afeta as mulheres desde o nascimento até a idade avançada e não está confinada a uma cultura, região ou país específico, nem a grupos particulares de mulheres na sociedade. A cada 25 de novembro, se celebra o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra Mulheres, de maneira a denunciar a violência contra as mulheres no mundo todo e exigir ações políticas para sua erradicação.

No contexto brasileiro, **três leis regulamentam a violência contra a mulher**:

A **Lei Maria da Penha (Lei N°11.340)** [51], adotada em 2006, visa erradicar a violência doméstica e familiar contra a mulher, mas também todos os tipos de violência contra a mulher. Ela fornece uma base legal para a punição de atos de violência e crimes contra a mulher, e adaptar o tratamento das queixas e o apoio às vítimas.

Como explicado acima, ruas, espaços públicos e moradias não são espaços que oferecem a mesma experiência de acordo com o gênero, sexualidade, cor da pele etc. O planejamento urbano deve começar pelo reconhecimento da diversidade dos espaços onde a violência pode ocorrer: público, privado, semiprivado e comunitário.

Art. 2. Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

A **Lei do Feminicídio (Lei 13.104)** [52], entrada em vigor no 9 de março de 2015, considera feminicídio quando o assassinato envolve violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação à condição de mulher da vítima. A nova legislação alterou o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40) [53] e estabeleceu o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Também modificou a Lei de Crimes Hediondos (Lei 8.072/90) [54], para incluir o feminicídio na lista (Fonte: Agência Câmara de Notícias).

A **Lei de Importunação Sexual (Lei 13.718)** [55], sancionada em 2018, se baseia na premissa de que ninguém deve ter medo de se locomover pela cidade por causa de seu gênero, sexualidade e raça. Esta lei alterou o Código Penal, permitindo identificar, definir e punir os diversos atos de violência que podem ser cometidos contra uma mulher, ou qualquer outra pessoa em diferentes espaços:

o assédio sexual: caracteriza-se por constrangimentos com a finalidade de obter favores sexuais feitos por alguém de posição superior a vítima (conforme art. 216-1 do Código Penal)

a importunação sexual: praticar contra alguém e sem sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou de outrem (conforme art. 215-1 do Código Penal)

o estupro: constanger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso (conforme Art. 213 do Código Penal)

DELEGACIA ESPECIALIZADA NO ATENDIMENTO À MULHER (DEAM)

Em 1985, o Estado de São Paulo foi pioneiro no país na criação da primeira Delegacia da Mulher. As DEAMs são unidades especializadas da Polícia Civil, que realizam ações de prevenção, proteção e investigação dos crimes de violência doméstica e violência sexual contra as mulheres, entre outros. As delegacias da mulher, assim como as outras delegacias, são subordinadas à Delegacia Geral de Polícia Civil de cada estado.



A primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher em São Paulo. Fonte: Wikipédia

PODCAST “GÊNERO E CIDADES”

Para saber mais, ouça o [podcast](#) [56] do BID “Gênero e Cidades” com **Sandra Gomes Melo**, (Delegada de Polícia Civil do Distrito Federal) sobre o tema “Segurança pública e gênero”



Para saber mais sobre a Lei que criminaliza a Importunação Sexual, [clique aqui](#). [57]



Um totens do projeto 'Via Lilás' instalado no espaço público. Fonte: Tânia Rêgo/ Agência Brasil

PROJETO VIA LILÁS

O projeto 'Via Lilás' é um sistema de quiosques eletrônicos, implantados nas estações de transporte metropolitano da Supervia no Rio de Janeiro em 2015. Os quiosques prestam informações úteis sobre violência de gênero, como legislação, dados sobre a rede de saúde e formas de denunciar esse tipo de crime. Com 32 totens instalados em estações de trem, barcas e hospitais, o programa Via Lilás já possui mais de 67 mil acessos, desde seu lançamento. A maioria das pessoas que procuram pelo serviço é do sexo feminino (73,5%) e tem entre 18 e 45 anos (65%). Mais de 60% se autodeclararam negras (que inclui pretas e pardas) e são moradoras da cidade do Rio de Janeiro (54,6%), enquanto as demais residem na Baixada Fluminense. O projeto foi estruturado em três vertentes: informar, empoderar mulheres e proteger crianças. Os totens estão incluídos no primeiro eixo, com dados sobre saúde, benefícios sociais, direitos, violência doméstica e outros tipos de violência. Eles são um mecanismo de informação, não de denúncia. A navegação é anônima e, caso queira, a pessoa pode receber um SMS com as informações que buscou na tela, sem que seus dados sejam armazenados. Para saber mais sobre o projeto, [clique aqui](#). [58]

4.2. COMO AS MULHERES EXPERIMENTAM O ESPAÇO PÚBLICO: OS IMPACTOS SOBRE OS DESLOCAMENTOS URBANOS

No Brasil, a cada 7.2 segundos, uma mulher é vítima de violência física, a cada 1.4 segundo, uma mulher é vítima de assédio, a cada 1.5 segundo, uma mulher é vítima de assédio na rua e a cada 6.9 segundos, uma mulher é vítima de perseguição. [59] Insultos, flerte, violência, assédio insistente... em muitos casos, as mulheres experimentam o espaço público através desse prisma pouco agradável. Não se trata aqui de colocar as mulheres numa posição permanente de vítimas, mas, estatisticamente, elas vivenciam suas viagens no espaço público com a constante preocupação de sofrer alguma "agressão" ou "assédio".

É claro que, entre um insulto e um estupro, o grau de violência, severidade e impacto sobre a vítima é diferente, porém produzir medo, ou seja, uma violência a priori inofensiva, contribui para que violências mais graves aconteçam. Neste sentido, falar de um **"continuum" de violência** permite considerar a diversidade das experiências das mulheres, recusando-se a relegar as formas de violência apenas para a esfera privada. A noção de privado pode ser um obstáculo à luta contra a discriminação de gênero, já que é um meio de considerar a violência na esfera pública algo natural, em que as mulheres podem se proteger, saíndo acompanhadas ou evitando e modificando os caminhos que tomam.

BOAS PRÁTICAS

É importante identificar as condições que dão origem ao medo para melhor intervir no ambiente urbano. Os 6 princípios estabelecidos no Guia de planejamento para uma cidade mais segura da Cidade de Montréal [60] são a base de uma vertente do urbanismo chamada de "prevenção do crime através do desenho urbano" ou "**urbanismo securitário**", criada nos anos 1970. Eles sintetizam as chaves para a construção de espaços públicos mais seguros para as mulheres, mas também para todos os outros usuários e usuárias:

Saber onde você está e onde você vai: a sinalização

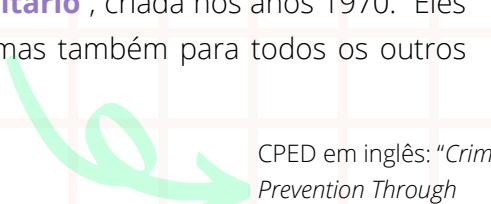
Ver e ser visível: visibilidade, iluminação, campo de visão, movimentos previsíveis

Estar em lugares ativos, com vida: as multidões e o atendimento de lugares ativos

Estar em lugares com vigilância e poder receber ajuda: vigilância e acesso à ajuda

Viver num lugar limpo e aconchegante: o planejamento e a manutenção das instalações nos espaços públicos

Agir juntos: participação comunitária, caminhadas exploratórias, mobilização da população e apropriação de lugares públicos



CPED em inglês: "Crime Prevention Through Environmental Design"; "urbanisme sécuritaire" em francês.

A pesquisa "Viver em São Paulo: Mulher" [61], realizada em dezembro de 2019, revela que na cidade de São Paulo, 63% das mulheres já sofreram algum tipo de assédio, ou seja, mais de 3 milhões de mulheres. Esta pesquisa, realizada em dezembro de 2019, foca nas experiências das mulheres que vivem em São Paulo, e estuda tanto a percepção do peso das tarefas domésticas, quanto a violência contra as mulheres nos espaços privados, de trabalho e públicos. Sobre a natureza das agressões na cidade, a pesquisa indica que 41% das mulheres participantes já receberam agressões verbais, 39% receberam assobios, e 22% receberam comentários negativos sobre sua aparência em público. Quando a pergunta é onde, os pontos indicados como mais ameaçadores são o transporte público (46%); a rua (24%); bares e casas noturnas (8%); pontos de ônibus (7%) e o trabalho (5%). De maneira geral, conhecer no detalhe o problema é a base de uma política pública adequada, para isso se recomenda a realização de diagnósticos detalhados e customizados a cada território a fim de melhor definir as estratégias de resposta à violência em espaços públicos.



Mulheres participando das primeiras manifestações "Take back the night" nos Estados Unidos, em novembro de 1987. Fonte: Divulgação Duke University Archives



Marcha das Vadias. Fonte: Divulgação/ Diário de Pernambuco [62]



NINA MOBILE

O aplicativo NINA foi criado para empoderar vítimas e testemunhas a denunciar os casos de assédio na mobilidade urbana. Além de coletar dados sobre a localização e o tipo de agressão, também pode ser uma ferramenta para auxiliar nas decisões de políticas públicas para combater o assédio e as agressões no espaço público. O aplicativo permite denunciar de imediato uma agressão que poderia acontecer no transporte público. É possível especificar se o usuário é a vítima da agressão ou se ele está testemunhando a agressão. Para indicar o local da agressão, o aplicativo solicita as informações do terminal, da parada ou do número do ônibus para poder dar continuidade à queixa que será enviada a uma delegacia de polícia. Para ver a iniciativa, [clique aqui](#). [63]

Para saber tudo sobre a aplicação NINA na cidade de Fortaleza, [clique aqui](#). [64]

FUNDAÇÃO "TAKE BACK THE NIGHT"

O movimento "Take Back the Night" é o primeiro esforço mundial vindo do Canadá para combater a violência sexual e a violência contra as mulheres na década de 70. A primeira marcha desse tipo, chamada "Take back the night", ocorreu na cidade de Filadélfia em outubro de 1975, após o assassinato de uma jovem microbiologista que foi esfaqueada até a morte a um quarteirão de sua casa enquanto caminhava sozinha à noite. A iniciativa tomou forma concreta em 2001 quando um grupo de mulheres que tinham participado das primeiras marchas do "Take Back the Night", se reuniu para formar a Fundação "Take Back the Night" em apoio aos eventos em todos os Estados Unidos e no mundo. Hoje, "Take Back the Night" é uma das organizações líderes na luta contra a violência contra as mulheres, particularmente no espaço público com o objetivo de funcionar como uma plataforma para compartilhar histórias, testemunhos e experiências.

4.3. SENSIBILIZAÇÃO E ESTRATÉGIAS PARA A RECUPERAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

CONSCIENTIZAR E DOCUMENTAR

É importante divulgar as questões de violência contra a mulher e outros grupos discriminados através de vários meios de comunicação, para aumentar o grau de informação e de conscientização da sociedade, tanto das vítimas quanto dos agressores, e das eventuais testemunhas de situações de violência.

**think
Olga,**

THINK OLGA

Think OLGA é uma organização que visa aumentar a consciência das questões de gênero e intersecções na sociedade em geral, através de diferentes projetos e meios de comunicação, seja através de entrevistas, pequenos vídeos explicativos, cartografia ou de documentários. Você pode conhecer a organização pelos vídeos em seu Canal Youtube [clicando aqui](#). [65] Think OLGA permite um diálogo sobre violência física, mental e simbólica contra as mulheres em espaços privados, públicos e políticos. Para saber mais sobre as iniciativas do Think Olga, [clique aqui](#). [66]



Imagem do trailer do documentário Chega de Fiu Fiu. Fonte: Think Olga

CHEGA DE FIU FIU é uma campanha de mobilização social, iniciada pela Think Olga, para mapear, conscientizar e lutar contra o assédio sexual nos espaços públicos. A campanha iniciou em 2013, e visa aumentar a segurança das mulheres e seus direitos de caminhar livremente no espaço público sem serem incomodadas, agredidas, discriminadas, violadas etc. A campanha e o trabalho de reflexão levou à produção de um documentário "Chega de Fiu Fiu" que já teve um grande impacto graças à sua distribuição gratuita e acessível no Brasil e em outros países do mundo.



Campanha Chega de Fiu Fiu. Fonte: Think Olga

Para ver o trailer oficial de "Chega de Fiu Fiu" [clique aqui](#). [67]



AGIR E IMPLEMENTAR

Uma das estratégias utilizadas para reapropriar o espaço público é a organização de eventos, ações e demonstrações no espaço público.

PEDALINAS

O coletivo Pedalinas é um coletivo de mulheres que luta pelo direito da mulher de andar de bicicleta na cidade sem sofrer assédio. Além de fazer vídeos de conscientização, o coletivo Pedalinas são ativistas envolvidas em eventos como o festival "100 gurias 100 medo" ou outros eventos de ciclismo feminino. Para saber mais sobre Pedalinas, [clique aqui](#). [68]



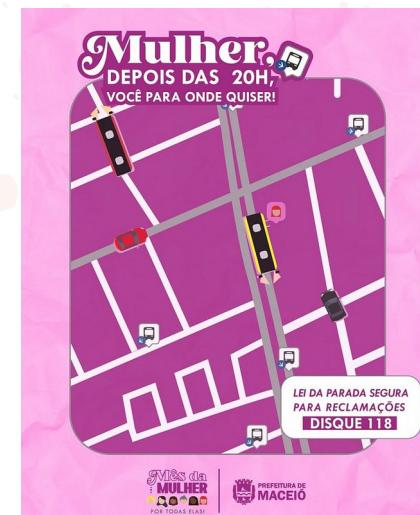
Mulheres em bicicletas durante um evento organizado pelo coletivo Pedalinas. Fonte: Pedalinas



Para ver vídeos de membros de Pedalinas falando sobre o assédio de bicicletas, [clique aqui](#). [69]

PARADA SEGURA

Desde 2014, uma lei permitiu implementar o sistema de "parada segura", que consiste em permitir a parada de ônibus entre duas paradas oficiais se uma mulher pedir para sair mais perto de sua casa. Essa iniciativa evita a necessidade de longas caminhadas a serem feitas sozinhas, especialmente à noite após as 20h. Esta lei tem sido aplicada em várias cidades, pouco a pouco e em diferentes anos, por exemplo, em Maceió, João Pessoa, Rio de Janeiro, São Paulo, São Luís, entre outras.



Campanha para a criação do Parada Segura. Fonte: Divulgação / Prefeitura de Maceió



DIVERSIDADE NOS ESPAÇOS PÚBLICOS:

O DIREITO À CIDADE PARA TODAS E TODOS?

5

5.1. DISCRIMINAÇÃO À COMUNIDADE LGBTQIA+

5.2. DISCRIMINAÇÃO COM BASE NA ORIGEM, RAÇA E ETNIA:
AS COMUNIDADES AFRODESCENDENTES, INDÍGENAS E
MIGRANTES

5.3. ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

5.4. CRIANÇAS E IDOSOS NAS CIDADES

5.5. PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

5.1. DISCRIMINAÇÃO À COMUNIDADE LGBTQIA+

Os espaços urbanos refletem as relações sociais e os sistemas de dominação. Por esta razão, eles podem ser construídos de acordo com lógicas patriarcais, racistas, binárias e/ou hetero-normativas. A heteronormatividade é o ato de considerar a heterossexualidade como uma norma, e efetivamente excluir todas as outras orientações sexuais e identidade de gênero. Assim como o gênero, a sexualidade não é binária nem fixa, ela pode mudar ao longo da vida de uma pessoa.

Como as análises têm sido frequentemente limitadas a essa binariedade, as necessidades das pessoas trans e não-binárias são hoje pouco discutidas ou pesquisadas. As pessoas trans, gays e lésbicas são altamente invisibilizadas e sujeitas a muita violência, tanto em espaços públicos como privados, e seu direito à cidade não está sendo respeitado. Os [relatórios anuais de mortes LGBT+](#) [70] (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) mostram que, em 2019, 329 LGBT+ tiveram morte violenta no Brasil, vítimas da homotransfobia: 297 homicídios (90,3%) e 32 suicídios (9,7%). Ou seja, **a cada 26 horas uma pessoa LGBT+ é assassinada ou se suicida, vítima da LGBTfobia, o que confirma que o Brasil é um dos países mais assassinos de minorias sexuais**. Isto mostra que as políticas públicas, incluindo as políticas urbanas, ainda não estão adaptadas aos direitos da comunidade LGBTQIA+. Para isso, é importante criar espaços de conversas e trocas para incorporar estas necessidades específicas às reflexões sociais e intervenções urbanas. Um primeiro passo para isso é aprender, por exemplo através [desta série de 10 artigos](#) [71], sobre os desafios e lutas da comunidade trans no Brasil.

BOAS PRÁTICAS

Uma iniciativa interessante é [o projeto de lei](#) [72] para banheiros de acesso público a travestis e transexuais de acordo com sua identidade de gênero. Visa representar um grande passo para resolver a violência simbólica e física que os banheiros de gênero representam (mostrando explicitamente que existe um banheiro para as mulheres e outro para os homens). As palavras da deputada Renata Souza no projeto de lei ajudam a entender as questões em jogo: *"Muitas pessoas que não são trans (pessoas cisgêneras, ou simplesmente "pessoas cis") não imaginam o sofrimento que é ficar horas sem poder ir ao banheiro, segurando a vontade de fazer as necessidades fisiológicas por temer olhares de reprovação, piadas de mal gosto, assédios e até mesmo agressões físicas."* Ao projetar um espaço ou equipamento público com banheiro, é importante levar estas questões em consideração.



Uma proposta de sinalização para banheiros mais inclusivos e sem gênero binário. Fonte: UERJ Resiste

Para entender a importância das experiências trans no espaço público, especialmente nos banheiros públicos, assista a [este vídeo](#) [73] de Tempero Drag que abre o diálogo sobre este tema.



O segundo Centro de Cidadania LGBT da cidade de São Paulo em Santo Amaro, zona sul. Fonte: Divulgação/ fotospublicas.com

AMOTRANS PERNAMBUCO

Desde maio de 2008, a ONG AmoTrans, no estado de Pernambuco, vem lutando pelos direitos fundamentais dos travestis e transexuais. A ONG organiza ações de visibilidade, debates de filmes, conversas e exposições em torno dos temas dos direitos das pessoas trans no Brasil. Sua missão é combater o preconceito, a discriminação e todos os crimes de ódio através de ações que visem reduzir os riscos, ganhar visibilidade e direitos. A organização é composta por transexuais e travestis e sua missão mais importante é enfrentar a violência institucional nas escolas, o que leva à evasão de muitas pessoas transexuais. Em 2017, a ONG Amotrans realizou uma grande campanha de conscientização nas escolas municipais do Recife para conscientizar as crianças sobre as formas de violência institucional contra pessoas trans, que são responsáveis pelo abandono escolar. O direito das pessoas trans à cidade vem antes de tudo através da educação, mudança de comportamento, aceitação e respeito por todas as orientações sexuais e expressões de gênero.



Ativistas dentro da AMOTRANS-PE lutando pelos direitos fundamentais dos travestis e transexuais. Fonte: @amotrans_pe

PODCAST "GÊNERO E CIDADES"

Para saber mais, ouça o [podcast](#) [74] do BID "Gênero e Cidades" com **Marina Reidel**, Diretora de promoção de direitos LGBT no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, sobre o tema *"Diversidade e direito à cidade"*.

CENTROS DE CIDADANIA LGBT

Os Centros de Cidadania LGBT são equipamentos públicos onde são oferecidos atendimentos jurídico, social e psicológico a pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transgêneras, além de funcionar como mobilizador em políticas públicas de combate à homofobia, à transfobia e de promoção da cidadania LGBT. Funciona como articulador de uma rede de proteção e garantia de direitos à população LGBT, minimizando as vulnerabilidades a que este público está submetido. Rio de Janeiro, Natal, Brasília, Recife e São Paulo estão entre as muitas cidades que inauguraram seus Centros de Cidadania LGBT.

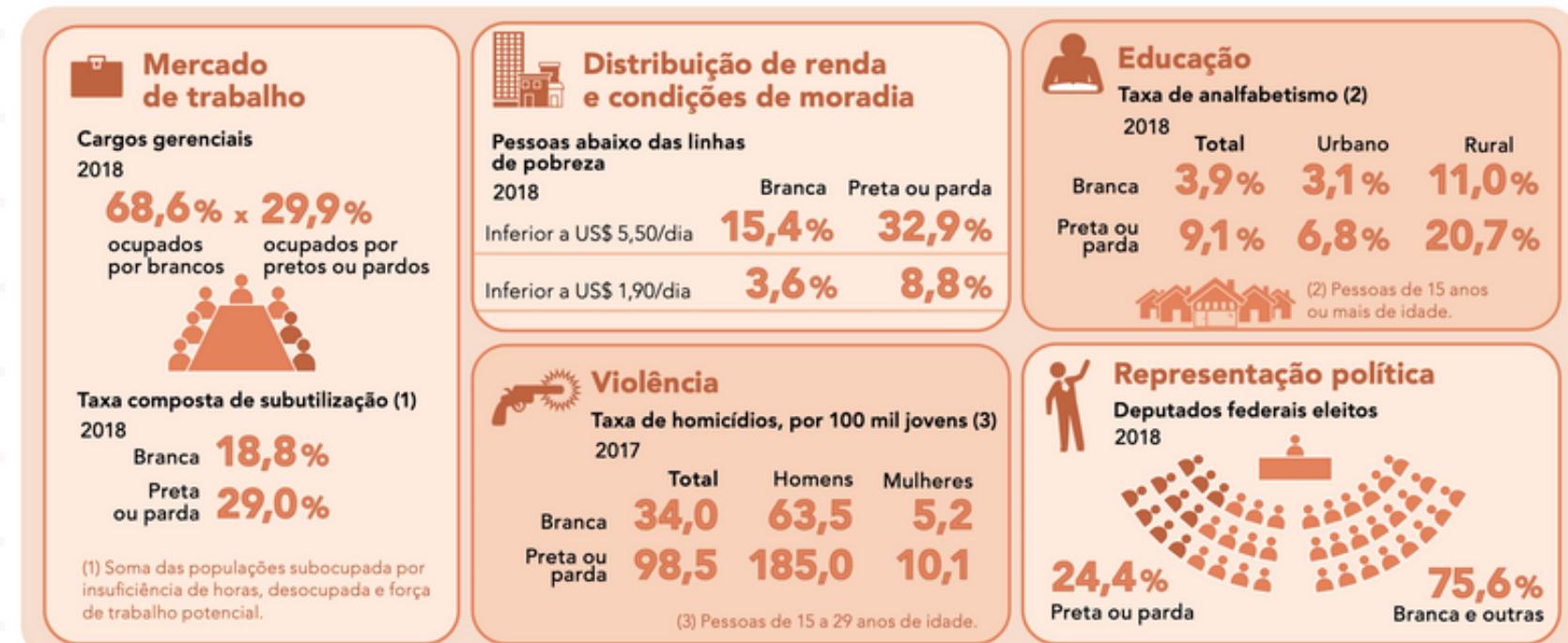
5.2. DISCRIMINAÇÃO COM BASE NA ORIGEM, RAÇA E ETNIA: COMUNIDADES AFRODESCENDENTES, INDÍGENAS E MIGRANTES

AS COMUNIDADES AFRODESCENDENTES

O total da população afrodescendente e indígena no Brasil representa mais da metade da população total do país. Entretanto, essas diferentes comunidades são discriminadas em diversos níveis, o chamado **racismo estrutural** definido como um conjunto de práticas, situações e palavras enraizadas nas tradições e costumes do país, que direta ou indiretamente promovem preconceitos discriminatórios e segregação racial. Por exemplo, de acordo com dados do IBGE, 68,6% dos cargos de responsabilidade no mercado de trabalho são ocupados por brancos e apenas 29,9% por pessoas pretas ou pardas. A situação econômica e social está diretamente relacionada com a reprodução das desigualdades no acesso à educação. De fato, ainda de acordo com o IBGE, a taxa global de analfabetismo é 3 vezes maior para as populações pretas ou pardas (9,1% contra 3,9% para as populações brancas). **Isto obviamente afeta os salários e o acesso à moradia, onde as desigualdades são muito elevadas. Por exemplo, 32,9% das pessoas que ganham menos de 5,50 dólares por dia são pretas ou pardas, em comparação com cerca de 15% para os brancos.**

Para saber mais sobre o racismo estrutural, [clique aqui](#). [75]

Estes números significam que existe discriminação estrutural na sociedade brasileira que não permite que estas comunidades tenham oportunidades ou condições de vida iguais àquelas dos brancos. **Em relação à cidade, as paisagens urbanas são apenas a manifestação física dessas desigualdades estruturais que se expressam na habitação, educação, saúde, acesso aos espaços públicos e outros.** Os centros de cidade, os condomínios, as favelas ou os conjuntos habitacionais não são racialmente neutros, são todos manifestações materiais e espaciais de práticas racializadas aparentes nas políticas e na governança, bem como na cultura, língua, relações sociais e econômicas. A raça também está diretamente implicada nos símbolos e sinais culturais que construímos e experimentamos nos espaços públicos. O simbolismo é importante para entender como a racialização dos espaços ocorre através de monumentos e obras de arte; a nomeação de edifícios e ruas; a ornamentação, estilo ou estética dos espaços; assim como a representação dos espaços na cultura, ou dentro de um imaginário cultural.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

PRODETUR SALVADOR

O objetivo do Prodetur Salvador, parceria entre a Prefeitura de Salvador e o BID, é promover o desenvolvimento sustentável do turismo no município, aumentando as receitas e os empregos gerados pelo setor para a população da cidade, em especial a afrodescendente. A população afrodescendente é maioria na cidade, porém, estudos indicam que não se beneficia de forma igualitária dos impactos econômicos causados pelo turismo. Para atingir seu objetivo, o programa contempla uma série de ações, entre elas a elaboração e implementação do plano para o desenvolvimento do turismo étnico-afro em Salvador. O plano contempla desde a realização de rodadas de negócios para conectar empreendedores afrodescendentes ao mercado consumidor, a ações de estruturação e melhoria de produtos e serviços turísticos. Exemplo disso é a criação do Guia Black, cujo conteúdo contempla experiências de roteiros turísticos pautados na cultura afrodescendente, e a valorização do ofício das baianas de acarajé, provendo-lhes formação específica e equipamentos mais adequados para sua atuação. As baianas de acarajé são um elemento simbólico chave dos espaços públicos da cidade, que encarnam a riqueza cultural, gastronômica e estética de Salvador. Para saber mais sobre o programa Prodetur, [clique aqui](#). [76]



Mulheres baianas em vestidos tradicionais cozinhando e vendendo seus produtos tradicionais no espaço público.
Fonte: Divulgação/ Creative Commons



5.2. DISCRIMINAÇÃO COM BASE NA ORIGEM, RAÇA E ETNIA: COMUNIDADES AFRODESCENDENTES, INDÍGENAS E MIGRANTES

5

AS POPULAÇÕES MIGRANTES E REFUGIADAS

O Brasil é tradicionalmente um país de intensas migrações, tanto internas como externas. De acordo com o [Relatório Anual do Observatório das Migrações Internacionais – OBMigra 2019](#) [77] haitianos, venezuelanos e colombianos são as três principais nacionalidades que formam o grupo de imigrantes no Brasil em 2018, representando respetivamente 39%, 15% e 8% da imigração e do refúgio.

A discriminação também está muito presente em relação a estas populações de migrantes, estrangeiros ou mesmo nacionais entre distintas regiões do Brasil. Esse tipo de discriminação denomina-se **xenofobia**, ou seja “atitudes, preconceitos e comportamentos que rejeitam, excluem e frequentemente difamam pessoas, **com base na percepção de que eles são estranhos ou estrangeiros à comunidade, sociedade ou identidade nacional**” (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados).

A partir dessa definição, entende-se que **qualquer forma de violência baseada nas diferenças de origem geográfica, linguística e/ou étnica cometidas por uma pessoa é xenofobia**. A xenofobia afeta a maioria dos grupos de migrantes, mesmo que nem todos estejam sujeitos à mesma discriminação. Diferentes fatores devem ser levados em consideração ao analisar a xenofobia contra determinado grupo, numa análise interseccional, já que características como origem geográfica, cultura, gênero, cor, etnia, classe social e religião afetam a recepção desses estrangeiros nos países de destino. Por exemplo, mulheres que migram sozinhas ficam muito mais expostas à vulnerabilidade, violência, abuso e dificuldades de acesso ao trabalho.

AS COMUNIDADES INDÍGENAS

A discriminação, os preconceitos e o direito à cidadania também são uma questão muito presente nas comunidades indígenas. Como destaca a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) [78], no campo da cidadania, os povos indígenas têm direito a promover, desenvolver e proteger suas estruturas institucionais, organizações, usos e costumes, diferentes noções de espiritualidade, tradições, procedimentos, práticas e sistemas de resolução de conflitos próprios, em conformidade com a Constituição Brasileira e com as diretrizes internacionais de direitos humanos. **O direito à diversidade étnica e ao respeito às próprias formas de organização social dos mais de 305 diferentes povos indígenas exige que o Estado respeite como cada povo indígena lida com esses assuntos, a partir de suas cosmologias e de seus modos de vida.** E, especialmente quando essas comunidades são afetadas por iniciativas (como por exemplo de gestão participativa e controle social) ou políticas públicas, para garantir a eficácia da ação deve-se levar em conta as particularidades dos diferentes povos sobre assuntos de gênero e geracionais.

As questões das comunidades indígenas em contextos urbanos permanecem altamente invisíveis, tanto para a sociedade como para a ação pública. No entanto, cerca de 315.000 pessoas indígenas vivem nas cidades (IBGE, 2010) e precisam ser reconhecidas dentro desses espaços. **O deslocamento de povos indígenas, seja voluntário ou forçado, muitas vezes envolve violações dos direitos humanos básicos e dos direitos territoriais.** Estes deslocamentos geram precariedade e dificuldade de integração dentro de um novo território, reforçados por preconceitos e discriminações pré-existentes. Para saber mais sobre o tema dos indígenas nos espaços urbanos, [clique aqui](#) [79].

CENTRO DE REFERÊNCIA AFRO-INDÍGENA DO RIO GRANDE DO SUL

A ausência de reconhecimento, direitos e políticas públicas foi o que impulsionou a criação do primeiro Centro de Referência Afro-indígena do Rio Grande do Sul, no dia 21 de julho de 2019. Este centro tem como objetivo aumentar a conscientização sobre a discriminação sofrida pelos povos indígenas, lutar por seus direitos fundamentais nas cidades e outros territórios e criar uma rede de apoio. O Centro acolhe uma rede de mulheres artesãs indígenas e fornece assistência para o desenvolvimento da venda de produtos artesanais que representam a principal fonte de renda das artesãs. Em tempos de pandemia, o centro tenta suprir as necessidades básicas das mulheres indígenas, que viram suas atividades e vendas comprometidas. Para ver todas as ações do Centro, [clique aqui](#) [80].



Alice Martins e Raquel Kubeo, coordenadoras do Centro de Referência Afroindígena do Rio Grande do Sul. Fonte: [Flávio Dutras](#) [81]

5.3. ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS

O 11º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas diz respeito à construção de cidades e comunidades sustentáveis. Esse objetivo afirma que "isto envolve investir no transporte público, criar espaços públicos verdes e melhorar o planejamento e a gestão urbana de forma participativa e inclusiva". Cumprir com este objetivo sob uma perspectiva verdadeiramente inclusiva significa levar em conta todos os tipos de corpos e capacidades físicas e cognitivas relacionadas tanto à idade, ao gênero ou à deficiência. O [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística](#) [82] indica que 45,6 milhões de pessoas têm algum tipo de deficiência, o que corresponde a 23,91% da população brasileira, sendo 18,60% de deficientes visuais, 5,10% de deficientes auditivos, 7% de deficiência motora e 1,40% de deficiência intelectual.

As pessoas com deficiência adotam rotas muito diferentes na cidade ao se comparar com alguém que não tenha deficiência visual ou que não precise de uma cadeira de rodas para se movimentar, por exemplo. Além dos obstáculos físicos que se encontram nos espaços públicos, existe também a sensação de insegurança sobre como será o trajeto a ser percorrido, gerando questionamentos como: o transporte público será acessível? o edifício será acessível? haverá banheiros acessíveis se necessário? a rota indicada pelo GPS é praticável, dadas as dificuldades de locomoção? entre diversas outras dúvidas.

BOAS PRÁTICAS

DESIGN UNIVERSAL E ACESSIBILIDADE



Tornando o design acessível a todos

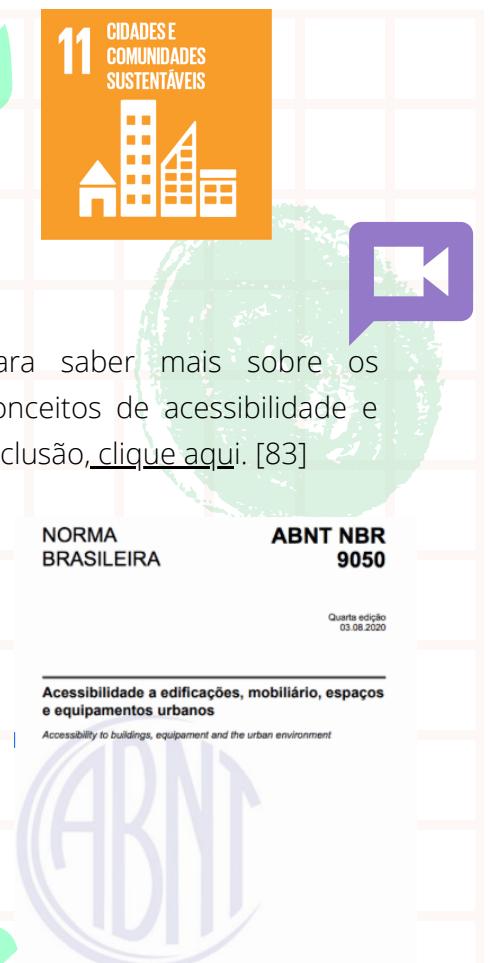
7 PRINCÍPIOS DO DESIGN UNIVERSAL:

-  igualdade
-  flexibilidade
-  simples & intuitivo
-  percepção & informação
-  tolerância ao erro
-  pouco esforço físico
-  tamanho & espaço

Fonte: Divulgação/ casadabatida.com.br

Esse tipo de norma contribui para que as ações em prol da melhoria da acessibilidade dos espaços públicos sejam amplamente difundidas e aplicadas em projetos e construções. Para acessar a norma, [clique aqui](#). [84]

Aplicar estes princípios ao planejamento urbano significa remover a carga de adaptação às pessoas com deficiência e, em vez disso, adaptar os espaços para o acesso de um maior número de pessoas, incluindo as pessoas com necessidades especiais. Isso não significa banir o uso de escadas, por exemplo, mas sim pensar num espaço sem desniveis ou com meios de acessar todos os níveis, caso existam, de maneira mais igualitária. O maior desafio para as cidades é quebrar as barreiras que impeçam todos os usuários e usuárias de obter o mesmo acesso a absolutamente todos os espaços da cidade.



Para saber mais sobre os conceitos de acessibilidade e inclusão, [clique aqui](#). [83]

ACESSIBILIDADE EM SÃO LUÍS DO MARANHÃO

O programa de revitalização do centro histórico de São Luís, parceria entre a Prefeitura e o BID, inclui uma série de intervenções visando melhorar a acessibilidade na área de tombamento federal. Após constatar que os equipamentos públicos cumprem com as normas de acessibilidade, porém sem que nenhuma rota permita transitar de um equipamento a outro e de um lado do centro histórico para o outro, esses caminhos foram traçados em áreas prioritárias. O declive da área central da cidade e o seu caráter histórico, que inclui características urbanas específicas (ruas estreitas, pavimentação com paralelepípedo etc), constituem alguns dos desafios para a acessibilidade em áreas patrimoniais que o programa se propõe a enfrentar. Para ver todo o programa, [clique aqui](#). [85]

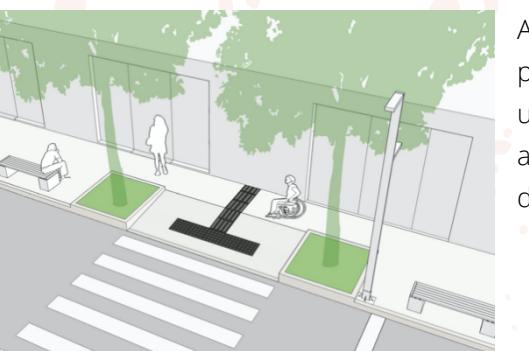


Projetos executivos das primeiras intervenções de acessibilidade.
Fonte: Prefeitura Municipal de São Luís

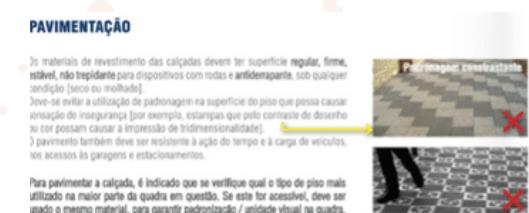
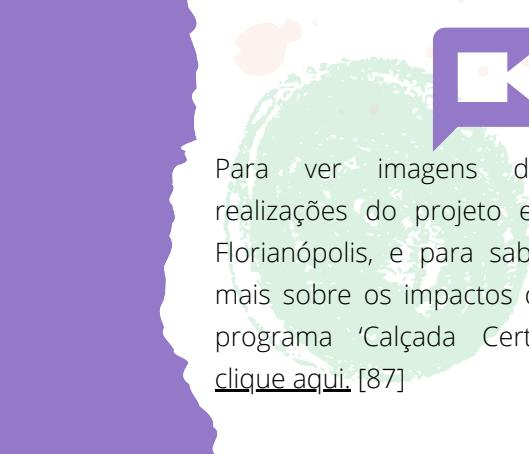


O PROGRAMA 'CALÇADA CERTA' EM FLORIANÓPOLIS

A Prefeitura de Florianópolis, através do programa 'Calçada Certa', redesenhou os pavimentos e caminhos para pessoas com deficiência. O programa é acompanhado de um manual ilustrado que apresenta as recentes atualizações das normas que tratam da acessibilidade em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, e do projeto de sinalização de piso tátil. Para ver o manual completo do programa, [clique aqui](#). [86]



Imagens do Manual elaborado no âmbito do programa 'Calçada Certa' em Florianópolis. Fonte: Prefeitura de Florianópolis



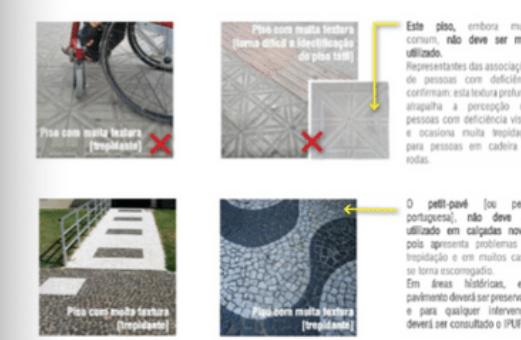
PAVIMENTAÇÃO
Pisos inadequados que não devem ser utilizados: materiais escorregadios como porcelanato ou pedra polida, pavimentos com muita textura como pedra marmorizada e piso-pavé em calçadas novas, placas de concreto com textura profunda, pisos com estampas coloridas contrastantes como ladrilho preto e branco.



PAVIMENTAÇÃO
Pisos adequados que devem ser utilizados: materiais escorregadios como porcelanato ou pedra polida, pavimentos com muita textura como pedra marmorizada e piso-pavé em calçadas novas, placas de concreto com textura profunda, pisos com estampas coloridas contrastantes como ladrilho preto e branco.



PAVIMENTAÇÃO
Este piso, embora com textura, não deve ser utilizado, já que sua textura profunda atrapalha a percepção das pessoas com deficiência visual e ocasiona muita instabilidade para pessoas em cadeira de rodas.



PAVIMENTAÇÃO
O piso-pavé (ou pedra portuguesa) não deve ser utilizado em calçadas novas, pois apresenta problemas de instabilidade e em muitos casos se torna escorregadio. Em áreas históricas, este pavimento deve ser respeitado e, piso que não é piso-pavé, intervenção deve ser consultado ao IPUF.

Em caso de dúvida de aplicação de um material específico, deve-se realizar uma consulta ao IPUF.

5.4. CRIANÇAS E IDOSOS NAS CIDADES

É importante a relação entre o desenvolvimento infantil e os espaços urbanos. Como adultos sem deficiências, consideramos como óbvio poder caminhar e nos deslocar pela cidade por conta própria, sendo independentes. **Mas e as crianças e idosos? Como é viver na cidade a partir de seus tamanhos, perspectivas e habilidades físicas? Como suas necessidades podem ser levadas em conta? Como construir espaços seguros, acessíveis e agradáveis para eles?**

Pensar a partir da perspectiva das crianças e idosos, sem diferenças de gênero, raça, etnia, classe e levando em conta as deficiências, obviamente significa pensar a partir da perspectiva da família como um todo, e daqueles que os acompanham diariamente na cidade, principalmente os pais, familiares e cuidadores. As cidades que respeitam as necessidades das crianças e idosos são, portanto, cidades que respeitam o ritmo e as necessidades de vários outros grupos.

URBAN95 - FUNDAÇÃO BERNARD VAN LEER

O Urban95 [88] é um projeto que incentiva os diferentes atores da cidade a pensar em espaços urbanos a partir da perspectiva de uma criança de 3 anos de idade, com 95 cm de altura. É uma iniciativa que estimula a reflexão sobre as diferentes experiências da cidade e sobre como os espaços urbanos podem ser amigáveis para as famílias e como as crianças podem se desenvolver de forma sustentável e saudável. Para ver todos os projetos da Fundação Bernard Van Leer, [clique aqui](#). [89]



Fundação Bernard Van Leer. (2019) **Guia Urban95. Ideias para ação.**
Disponível [aqui](#). [88]



PODCAST "GÊNERO E CIDADES"

Para saber mais, ouça o [podcast](#) [90] do BID "Gênero e Cidades" com **Claudia de Freitas Vidigal**, Representante Brasil da Fundação Bernard Van Leer, sobre o tema "Primeira infância e cidades".



Crianças brincando nas ruas coloridas do Recife
Fonte: Mais Vida Nos Morros/ Prefeitura do Recife

No Recife, no âmbito do programa **Mais Vida nos Morros**, a Fundação Bernard Van Leer trabalha em parceria com a Prefeitura para transformar áreas vulneráveis em espaços mais agradáveis. São ações que partem desde projetos de saneamento básico e contenção de encostas, para melhoria da segurança local, a projetos de conforto, para aumentar a interação e convivência da comunidade com o espaço, integrando as crianças nos projetos.

Para entender a visão das crianças sobre o mundo e a cidade, a Fundação Bernard Van Leer criou vídeos curtos que acompanham as crianças da cidade. Conheça o Elloah em Recife, [aqui](#). [91]



5.5. PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

É difícil conhecer o número exato de pessoas que vivem nas ruas, até porque esta situação pode ser, em alguns casos, provisória. Um projeto de lei planeja contabilizar essas pessoas no Censo de 2020 para se ter uma idéia da extensão dessa situação (ver [aqui](#)). [92] Esta situação, de alta vulnerabilidade, representa um **verdadeiro desafio tanto para a rede de assistência social do Brasil, que se revela muitas vezes insuficiente para responder ao problema, como para os planejadores urbanos, que raramente propõem soluções integradas**. Quando um novo projeto de revitalização urbana ou de construção está sendo implementado, é importante olhar para a população como um todo, a fim de ter certeza que a intervenção não piore a situação de alguns, especialmente os mais vulneráveis como as pessoas em situação de rua.

PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DENTRO DO PRODETUR SALVADOR

Os impactos sociais estão no centro de todos os projetos que o BID apoia, portanto, esse projeto de requalificação de espaços públicos é um exemplo concreto de como levar em conta as experiências de populações vulneráveis nas cidades. No Projeto de Requalificação da Avenida Sete de Setembro e da Praça Castro Alves, no âmbito do programa PRODETUR da Prefeitura de Salvador em parceria com o BID, foi identificado pelo Escritório Social a presença de pessoas em situação de rua. Esse público que, a princípio não tinha sido identificado dentro da poligonal do projeto durante o seu desenho, foi inserido no grupo de pessoas, direta e indiretamente, afetadas pela execução das obras, a fim de adotar as medidas de mitigação necessárias. Inicialmente, a equipe do Escritório Social procedeu à articulação com o Movimento de Pessoas em Situação de Rua, organização não governamental com atuação na área que retratou o perfil dessas pessoas, suas necessidades e as atividades que executam, ainda tímida, do poder público para que a política social voltada para o segmento seja efetivada.



Reunião entre o Escritório Social e as pessoas em situação de rua nos locais do projeto de requalificação. Fonte: PRODETUR Salvador

Em seguida, considerando a importância de ampliar o entendimento sobre essa questão, foi necessário realizar a articulação institucional com a rede de proteção social do município, viabilizando a realização de reuniões voltadas para o conhecimento dos equipamentos da rede de assistência atuantes na região da Avenida Sete de Setembro e entorno, possibilitando a compreensão de suas respectivas competências e estabelecendo parcerias com a finalidade de direcionar ações de acolhimento e assistência. Essas articulações permitiram que a equipe do Escritório Social atendesse, durante a execução da obra, pessoas em situação de rua que procuravam trabalho, abrigo, alimentação e higienização corporal.

A IMPORTÂNCIA DO CUIDADO

As tarefas de cuidado devem estar no centro da análise das cidades. Se a maioria do trabalho de cuidado é realizado por mulheres, o objetivo deve ser o de alcançar uma distribuição igualitária dessas tarefas, para otimizar o uso do tempo sem afetar a saúde física e emocional do lar. Além disso, é fundamental **organizar as cidades e os espaços públicos pensando nessas tarefas e no ritmo que elas implicam, uma vez que são essenciais para o bom funcionamento socioeconômico**. A problemática que envolve as tarefas de cuidado não é um desafio apenas para as mulheres, e deve ser endereçada a todos.

MUDAR A POSTURA DOS ESPECIALISTAS

Para que uma cidade seja inclusiva, ela não deve ser, exclusivamente, pensada e planejada por especialistas, técnicos formados na área e gestores. Uma mudança significativa precisa ser realizada a fim de tornar os moradores de diferentes idades, gêneros, etnias, religiões, capacidades física e cognitiva, como parte essencial do planejamento, pois **eles são também especialistas no que tange a habitabilidade cotidiana de seus espaços**. Sua opinião deve fazer parte da base de qualquer decisão de projeto e não somente como avaliador final de um projeto já concluído.

A MARGEM NO CENTRO

Grupos marginalizados, invisíveis e/ou discriminados em espaços urbanos devem ser colocados no centro da análise. O **planejamento urbano deve ser realizado principalmente para eles e com a ajuda de suas experiências cotidianas**, já que uma cidade inclusiva para esses grupos é uma cidade inclusiva para o maior número possível de pessoas.

COMENÇANDO COM OS CORPOS

Para criar cidades mais inclusivas, é essencial pensar em espaços para o corpo humano em toda a sua diversidade. Os corpos, de acordo com a idade, sexo, gênero, classe, raça e capacidade física e cognitiva, vivem experiências diferentes dentro dos espaços públicos, e cada uma dessas experiências deve ser levada em conta na hora de analisar a vivência desses lugares. **Começando com corpos trans, gays, lésbicas, com deficiências, jovens, idosos, magros, gordos, brancos, negros, indígenas, femininos e masculinos nos permite compreender o dinamismo das experiências na cidade**, e evitar o pensamento binário que divide todos os nossos espaços e que difere da realidade.

O SIMBOLISMO É IMPORTANTE

As representações visuais, artísticas e físicas no espaço público são símbolos fortes que contribuem para as reproduções sociais e a imaginação coletiva, seja para manter e perpetuar as desigualdades, ou para modificar conceitos e práticas. Assim, **os nomes das ruas, praças, estátuas, edifícios e outros, tudo é levado em conta nas etapas de planejamento urbano para criar espaços mais inclusivos e menos restritos a uma parcela da população**.

COMUNIDADE E PARTICIPAÇÃO

Segurança, confiança e apoio mútuo são elementos-chave para gerar espaços urbanos agradáveis e movimentados. Estes valores podem ser disseminados através do trabalho de **fortalecer os laços sociais dentro da comunidade, do aumento da participação de todos na cidade e do respeito pelo direito à cidade para cada grupo**.

E O BID NISSO TUDO?

**REFLEXÕES E
PUBLICAÇÕES SOBRE
OS TEMAS
DA INCLUSÃO
NOS ESPAÇOS URBANOS**

O MARCO NORMATIVO DO BID SOBRE GÊNERO E CIDADES

BID. (2020, Outubro). **Estratégia de Habitação e Desenvolvimento Urbano.**

Disponível em inglês: <https://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=823493616-96> e em espanhol: <https://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=823493616-95>

O Documento Setorial de Desenvolvimento Habitacional e Urbano orienta o trabalho que o Grupo do BID realiza com os países da América Latina e Caribe para o desenvolvimento de cidades justas, sustentáveis e produtivas. Especificamente, o documento visa promover cidades que (i) superem a exclusão social estrutural,¹ (ii) reduzam a poluição e aumentem seus níveis de mitigação e resistência à mudança climática, (iii) aumentem sua produtividade, e (iv) melhorem sua governança.

BID. (2020, Setembro). **Quadro de políticas ambientais e sociais.**

Disponível em: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=82131049523-11>

Esse novo quadro de política reafirma o compromisso do BID como parceiro da região na gestão dos riscos ambientais e sociais nas operações apoiadas pelo BID, além de estabelecer novos e ambiciosos padrões em diversas áreas. O BID está elevando a importância do respeito aos direitos humanos, que deixa de ser apenas uma aspiração para posicionar-se no centro da gestão dos riscos ambientais e sociais. Para assegurar a continuidade de a política de gênero atual, o QPAS contém um padrão específico e independente sobre a igualdade de gênero, com disposições abrangendo as pessoas de todos os gêneros. O novo quadro aborda explicitamente os riscos da violência, exploração, discriminação e abuso com viés sexual ou de gênero nos projetos, reconhecendo que as mulheres e as pessoas de orientações sexuais e identidades de gênero diversas precisam ser empoderadas para alcançar a igualdade.

BID. (2020, Agosto) **Plano de Ação de Gênero para Operações 2020-2021.**

Disponível em: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=821696673490-936>

O Plano de Ação de Gênero para Operações (GAP) do Banco Interamericano de Desenvolvimento é um de seus principais instrumentos para traduzir em ação os compromissos institucionais com a igualdade de gênero e o empoderamento. A responsabilidade pela implementação e resultados do GAP é compartilhada entre os departamentos e divisões do Banco, incluindo o Laboratório do BID. O Banco concluiu a implementação do terceiro GAP desde a aprovação da Política de Gênero no final de 2019. Este documento é uma atualização do referido GAP.

BID. (2019, Junho). **Plano de Ação da Diversidade 2019-2021.**

Disponível em: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=821024040741-59>

O Plano de Ação da Diversidade inclui ações para atender às necessidades dos povos indígenas, afrodescendentes, LGBTQ+ nos países da América Latina e Caribe. Estes grupos populacionais têm identidades e características únicas em relação à cultura dominante e, juntos, representam cerca de 40% da população da região. Eles também enfrentam uma série de desafios comuns relacionados à exclusão, discriminação e invisibilidade estatística, bem como necessidades específicas que moldam os tipos de ações e intervenções que são necessárias para promover seu desenvolvimento com identidade e inclusão.

BID. (2019, Junho). **Estratégia do Grupo com o Brasil 2019-2021.**

Disponível em: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=82750030607-12>

O objetivo da estratégia do Grupo BID no Brasil para o período 2019-2022 é promover o desenvolvimento sustentável e construir um governo mais eficaz. Ela se baseia em quatro prioridades: (i) Melhorar o clima empresarial e reduzir as lacunas na infraestrutura sustentável para aumentar a competitividade; (ii) Promover a integração internacional e nacional para aumentar a capacidade produtiva; (iii) Construir um setor público mais eficaz que promova a sustentabilidade fiscal; e (iv) Reduzir a desigualdade social e a desigualdade de oportunidades através do aumento da eficiência das políticas públicas. A estratégia fornecerá apoio transversal para os desafios relacionados: (a) gênero e diversidade; (b) sustentabilidade ambiental e mudança climática; e (c) inovação e transformação digital.

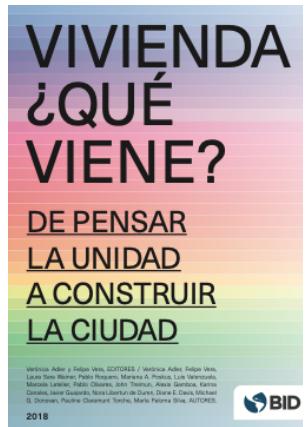
SEIS PUBLICAÇÕES-CHAVE DO BID SOBRE GÊNERO E CIDADES

1 BID. (2020). **As desigualdades de gênero nas cidades.** Disponível em: [https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/As desigualdades de gênero nas cidades.pdf](https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/As%20desigualdades%20de%20g%C3%A9nero%20nas%20cidades.pdf)



Este documento aborda os desafios relacionados ao gênero no planejamento e governança urbanos a partir de três perspectivas principais em relação ao acesso das mulheres ao espaço e aos recursos da cidade: serviços, acessibilidade política e econômica. Na ausência de um planejamento urbano sensível à eqüidade de gênero, as mulheres podem encontrar seu acesso a serviços restritos pelo acesso limitado à terra e a moradias populares devido a restrições legais e culturais discriminatórias, um risco maior para a população do que para a população do sexo feminino devido à falta de serviços básicos adequados e mobilidade limitada devido a problemas de segurança e aos custos incorridos no uso do transporte público.

2 BID. (2019). **Vivienda ¿Qué viene?: de pensar la unidad a construir la ciudad.** Disponível em: [https://publications.iadb.org/publications/spanish/document/Vivienda Qué viene de pensar la unidad a construir la ciudad.pdf](https://publications.iadb.org/publications/spanish/document/Vivienda%20Qu%C3%A9%20viene%20de%20pensar%20la%20unidad%20a%20construir%20la%20ciudad.pdf)



Durante o século XX, a população mundial aumentou mais do que em qualquer outro período da história: de cerca de 1,5 bilhões de pessoas em 1900 para cerca de 7 bilhões hoje. Diante destes números, é impossível não pensar no que fizemos para acomodar esta população ou no que todas estas pessoas fizeram para se proverem de moradia. Os números indicam que, embora tenhamos sido capazes de construir e cobrir amplamente os déficits quantitativos, hoje o grande desafio é melhorar qualitativamente o estoque existente. O crescimento populacional continua efervescente - especialmente nas geografias do Sul Global sob condições econômicas emergentes - e a questão de como explorar o potencial da habitação para transformar o tecido urbano é fundamental para a construção de cidades melhores.

3 BID. (2018). **Inclusive Cities: Urban Productivity Through Gender Equality.** Disponível em: <https://publications.iadb.org/en/inclusive-cities-urban-productivity-through-gender-equality>



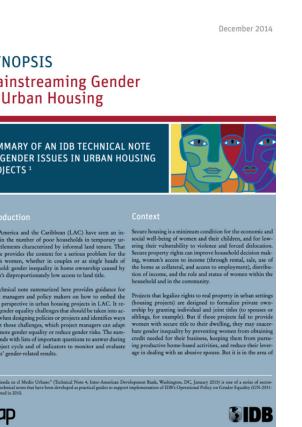
As mulheres que vivem em cidades da América Latina e do Caribe têm acesso a melhores níveis de renda do que as que vivem em áreas rurais. No entanto, esses níveis ainda estão abaixo daqueles dos homens que vivem em áreas urbanas. Além disso, vários serviços da cidade, tais como rotas de transporte público, não atendem adequadamente às necessidades das mulheres que vivem nas cidades, principalmente nos casos em que elas desempenham tarefas familiares e domésticas, enquanto a grande maioria das mulheres relata sentir-se insegura no transporte público. As mulheres enfrentam desigualdades persistentes no acesso a uma participação e representação significativas na governança urbana. É neste contexto e com o objetivo de promover uma urbanização inclusiva e produtiva que apresentamos quatro estudos de caso sobre experiências concretas e inovadoras em El Salvador, Espanha, Japão e México.

4 BID. (2014). **Vivienda en el medio urbano: Nota Técnica Sectorial para la incorporación del enfoque de igualdad de género.** Disponível em: <https://publications.iadb.org/publications/spanish/document/Vivienda-en-el-medio-urbano-Nota-T%C3%A9cnica-Sectorial-para-la-incorporaci%C3%B3n-del-enfoque-de-igualdad-de-g%C3%A9nero.pdf>



A região da América Latina e Caribe está testemunhando um aumento no número de famílias pobres e indigentes que vivem em assentamentos precários caracterizados pela posse de terras urbanas informais (CEPAL, 2007). Neste contexto, uma das questões mais problemáticas na habitação das mulheres na região é a desigualdade de gênero com relação à propriedade da casa própria, que se expressa em um déficit significativo no acesso das mulheres à propriedade, tanto para aquelas que vivem com um parceiro como para as mulheres chefes de família monoparentais.

5 BID. (2014). **Mainstreaming Gender in Urban Housing Projects.** Disponível em: <https://publications.iadb.org/en/publication/12392/synopsis-mainstreaming-gender-urban-housing-project>



A América Latina e o Caribe (ALC) têm visto um aumento no número de residências pobres em assentamentos urbanos temporários caracterizados pela posse informal da terra. Esse aumento fornece o contexto para um grave problema para as mulheres da região, seja em casais ou como chefes de família solteiros: desigualdade de gênero na propriedade da casa causada pelo acesso desproporcionalmente baixo das mulheres ao título de propriedade da terra.

6 BID. (2014). **Mainstreaming Gender in Urban Renewal Projects.** Disponível em: <https://publications.iadb.org/en/publication/12396/mainstreaming-gender-urban-renewal-projects-synopsis>



Os programas de renovação urbana na América Latina e no Caribe (LAC) são projetados para melhorar a qualidade de vida dos residentes de baixa renda, melhorando a qualidade de água e saneamento, serviços sociais, transporte e moradia. Mas homens e mulheres têm prioridades e necessidades diferentes, que afetam a forma como eles vivenciam a cidade. Por essa razão, os esforços de renovação urbana não podem beneficiar homens e mulheres de forma igual ou equitativa, a não ser que esses esforços levem em conta, em seu planejamento e execução, certas diferenças-chave entre os sexos.

NOS SA
SELEÇÃ O
DE ...



SEIS PUBLICAÇÕES-CHAVE SOBRE GÊNERO E CIDADES NO BRASIL



Instituto Semeia e Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS). (2020). **Parque para todas e todos. Sugestões para a implantação de parques urbanos com perspectiva de gênero.**

Disponível em:
http://semeia.org.br/publicacoes/2020_ParquesParaTodaseTodos.pdf



Sampapé e DeriveLab. (2017). **Ruas Compartilhadas.**

Disponível em:
https://issuu.com/sampape/docs/ruascompartilhadas_portugues



Instituto de Políticas de Transporte & Desenvolvimento. (2018). **O acesso de mulheres e crianças à cidade.**

Disponível em: http://itdpbrasil.org.br/wp-content/uploads/2018/01/ITDP-Brasil- -O-Acesso-de-Mulheres-e-Criancas-a-Cidade-V3_JUL-2018.pdf



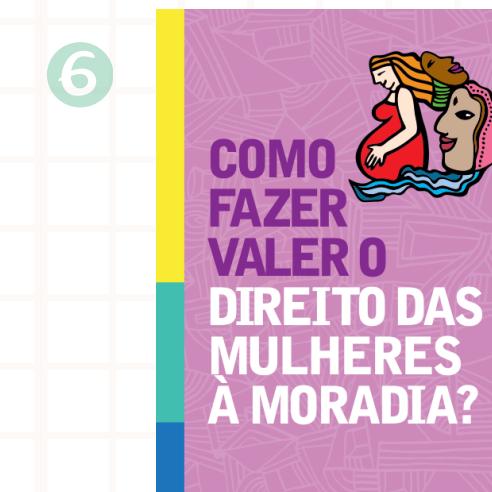
Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico. (2017). **Direito à cidade: uma visão por gênero.**

Disponível em: http://wp.ibdu.org.br/wp-content/uploads/2019/04/DIREITO_CIDADE_GENERO.pdf



Heloísa Oliveira. (2017) **Espaço público pra quem? Reflexões sobre a perspectiva de gênero na arquitetura e no urbanismo.**

Disponível em:
https://issuu.com/oliveiraheloisa/docs/espacopublicopra quem_caderno?utm_medium=website&utm_source=archdaily.com.br

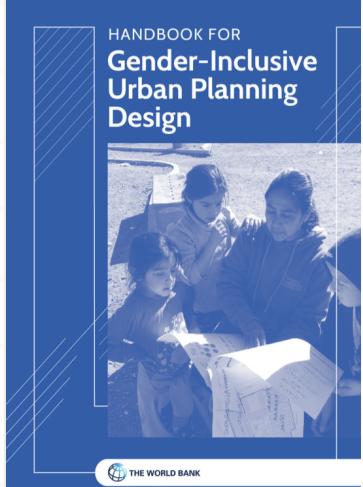


Raquel Rolnik. (2011). **Como fazer valer o direito das mulheres à moradia.**

Disponível em: https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2011/12/guia-mulheres-pt_ok.pdf

SEIS PUBLICAÇÕES-CHAVE INTERNACIONAIS SOBRE GÊNERO E CIDADES

1



World Bank. (2020). **Handbook for Gender-Inclusive Urban Planning and Design.**

Disponível em:

<https://www.worldbank.org/en/topic/urbandevelopment/publication/handbook-for-gender-inclusive-urban-planning-and-design>

4

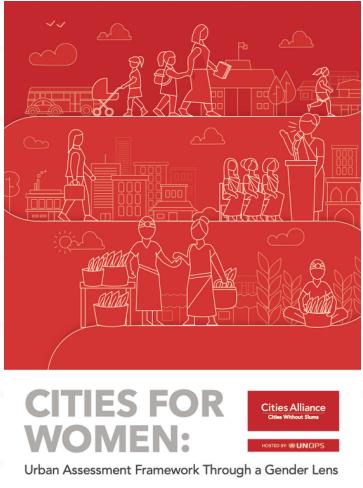


UN Women. (2017) **Safe cities and safe public spaces.**

Disponível em:

<https://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/library/publications/2017/safe-cities-and-safe-public-spaces-global-results-report-en.pdf?la=en&vs=45>

2

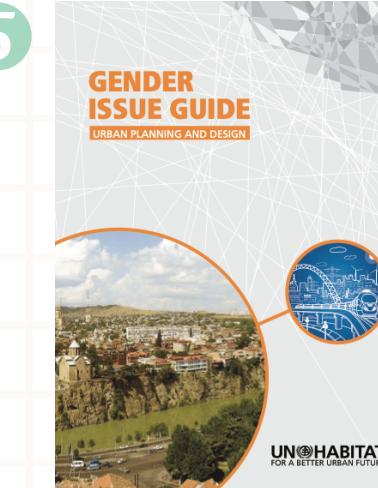


Cities Alliance. (2020). **Cities for women: Urban assessment framework through a gender lens.**

Disponível em:

https://www.citiesalliance.org/sites/default/files/2020-10/Cities%20for%20Women%20Profile_TOOLKIT.pdf

5



UN Habitat. (2012) **Gender Issue Guide: Urban Planning and Design.**

Disponível em:

<https://unhabitat.org/sites/default/files/download-manager/files/Gender%20Responsive%20Urban%20Planning%20and%20Design.pdf>

3



Urbact Knowledge Hub. (2019). **Gender Equal Cities.**

Disponível em:

<https://urbact.eu/sites/default/files/urbact-genderequalcities-edition-pages-web.pdf>

6



Collectiu Punt6. (2011) **Estudios urbanos, género y feminismo.**

Disponível em:

<https://punt6.files.wordpress.com/2011/03/estudiosurbanosgenerofeminismo.pdf>

SEIS VÍDEOS-CHAVE PARA FICAR POR DENTRO DO TEMA

SEIS ARTIGOS SOBRE GÊNERO E CIDADES PARA LEER ONLINE

1

Ferreira L., Medina G., Pill D., Savaget T. (2020). **Mulheres nas cidades.** Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/935134/mulheres-nas-cidades?ad_source=search&ad_medium=search_result_all

2

Saraiva A. (2019). **Arquitetas questionam como cidades podem ser mais inclusivas para mulheres.** Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/925563/arquitetas-questionam-como-cidades-podem-ser-mais-inclusivas-para-mulheres>

3

ITDP Brasil. (2018). **Mulheres e mobilidade urbana: indicadores para a formulação de políticas urbanas sensíveis ao gênero.** Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/888740/mulheres-e-mobilidade-urbana-indicadores-para-a-formulacao-de-politicas-urbanas-sensiveis-ao-genero>

4

Tribouillard C., Karroum S. (2018). **Será a cidade do século XXI feminina? Exploração de experiências internacionais para incluir considerações de gênero no urbanismo.** Disponível em: <http://www.ibam.org.br/media/arquivos/revista/296.pdf>

5

Helene D., Tavares R.B., (2017). **Gênero e estudos urbanos, uma conciliação necessária.** Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/881263/genero-e-estudos-urbanos-uma-conciliacao-necessaria>

6

Gonzaga, T. de O., & Yurgel, M. (2004). **A cidade e a arquitetura também mulher: conceituando a metodologia de planejamento urbano e dos projetos arquitetônicos do ponto de vista de gênero.** Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001401119>

1

#Ciclomobilidade urbana #Cicloentrega inclusiva

Adriana Marmo, Luciana Cury e George Queiroz. (2020). **Entregue como uma garota.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mtsZGe6BJKk>

2

#Representação das mulheres #Mulheres Negras

Casa do Saber. (2020). **Cidade das Mulheres: A importância das mulheres negras no Brasil. Jaqueline Conceição.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KtZKX9H-PII>

3

#Profissões urbanas #Representação das mulheres

FAE Centro Universitário. (2019). **Mulheres na Arquitetura e na Cidade.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wMhf4R3rMCQ>

4

#Mobilidade urbana #Desenho inclusivo

Bike É Legal. (2018). **Como pensar cidades para as pessoas?** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mj1HCyltLis>. Para baixar ou comprar o guia, clique aqui: <https://globaldesigningcities.org/publication/global-street-design-guide-pt/>

5

#Gênero e cidades #Experiencias das mulheres e comunidade LGBTQIA+

Itaú Cultural. (2017). **As cidades têm gênero ?** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=i3GaF6t3qgU>

6

#Masculinidade positiva #Homens e mulheres contra o machismo

ONU Mulheres Brasil. (2016). **Precisamos falar com homens?** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LBBo29RxJA0>

SEIS CURSOS OU SEMINÁRIOS PARA SE CAPACITAR NOS TEMAS DE GÊNERO E CIDADES

1 Para quem fala inglês, espanhol ou francês e quer uma introdução simples e remota a todas as temáticas ligadas a gênero:

CENTRO DE CAPACITAÇÃO DA ONU-MULHER, ENSINO REMOTO DISPONÍVEL EM INGLÊS, ESPANHOL, FRANCÊS

O Centro de Formação da ONU-Mulher oferece cursos gratuitos sobre gênero, incluindo o curso básico "I Know Gender" ("Eu conheço o gênero") disponível em inglês, espanhol, e francês de aproximadamente 2,5 horas, que pode ser completado por módulos de 1 hora de duração por módulo de curso cada sobre temáticas específicas (violência, empoderamento econômico, educação etc.). Entre as séries chamadas "How to" ("Como fazer"), algumas possuem conexão com o tema de gênero e cidades, como "Igualdade de gênero em infraestrutura" ou "Igualdade de gênero em gestão sustentável de projeto". Muitos outros materiais gratuitos estão disponíveis online para quem quer saber mais sobre as perspectivas de gênero. Todos os cursos entregam certificado. Clique aqui (<https://trainingcentre.unwomen.org/portal/>) para ver todos os cursos de treinamento oferecidos.

2 Para quem quer uma introdução sobre gênero em português, com foco brasileiro, de curta duração:

FAZENDO GÊNERO, FLORIANÓPOLIS

Cada ano em Florianópolis desde 1994, o Seminário Internacional Fazendo Gênero é realizado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com apoio da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), reunindo pesquisadores, estudantes, ativistas, artistas, professoras e interessadas nas questões que envolvem o gênero, as mulheres, feminismos e sexualidades. É um seminário de aprendizagem sem graduação. O tema da próxima edição "Fazendo Gênero 12", prevista para 2021, é "Lugares de fala: direitos, diversidades, afetos". A concepção do encontro é plural, buscando abrir espaços e horizontes. As línguas oficiais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 12 serão português, espanhol e inglês. Além disso, pioneiramente, o evento possibilitará a apresentação de trabalhos em libras. Como participante livre e profissional, o valor de inscrição é de R\$100 e se um trabalho ou um documento quiser ser apresentado durante este seminário, o valor de inscrição é de R\$350. Para saber mais sobre o Seminário, clique aqui: <http://fazendogenero.ufsc.br/12/>

3 Para quem quer uma introdução sobre gênero e cidades em português, com foco brasileiro, de curta duração:

CURSOS LIVRES DA ESCOLA DA CIDADE, SÃO PAULO

Os Cursos Livres da Escola da Cidade são de curta duração e contam com temáticas diversas. São destinados às pessoas interessadas em expandir os diálogos sobre questões como história, antropologia, tecnologia, economia, fotografia, literatura, design, música, entre outros, a partir de olhares transversais para a arquitetura e a cidade. No semestre 2020, permanecem em formato remoto com aulas oferecidas a partir do contato em tempo real entre professores e alunos, com turmas reduzidas, possibilitando uma troca de conhecimento e de experiências entre todas as pessoas participantes. Os valores são sempre calculados em função do número total de horas e visam a remuneração pertinente dos docentes especialistas qualificados. A Escola mantém, no entanto, políticas permanentes de descontos voltadas não apenas para sua comunidade, mas também para alunos e professores de outras instituições. Ao final, são entregues certificados para aqueles que cumprirem o mínimo de presença exigida. Nos anos anteriores, os Cursos Livres propuseram temas tais como "Cidade e gênero: Conceitos, teorias, políticas e práticas" em 2019, e "Geoprocessamento para ação coletiva: Gênero, movimentos e coletivos" ou "Espaço público, urbanidade e caminhabilidade" em 2020. É possível acessar a programação dos cursos do ano 2021 clicando aqui: <https://escoladacidade.edu.br/cursos-livres/>

4 Para quem busca investir um pouco mais de tempo sobre gênero e cidades no Brasil:

CURSO DE EXTENSÃO "CIDADES PLURAIS: INTERSECCIONALIDADES E NOVAS ABORDAGENS DAS QUESTÕES URBANAS" DA CLAEC

O curso de extensão, realizado pela Escola Latino-Americana de Altos Estudos em Cultura (CLAEC), tem como objetivo apresentar questões das cidades, das conceituações do espaço urbano e dos cruzamentos interseccionais com raça, gênero e sexualidade no debate contemporâneo a partir de diferentes áreas de conhecimento, de pautas dos movimentos sociais e mobilizações on e off line. O curso destina-se ao público em geral, porém focado em estudantes de Ciências Sociais, Geografia, Arquitetura e Urbanismo e membros de movimentos sociais. O curso foi realizado em agosto de 2020 na modalidade EAD e com emissão de certificados no valor de R\$120,00 por ser um curso de 8 semanas. Para saber mais, clique aqui: <https://claec.org/elacult/2019-4-3/>

SEIS CURSOS OU SEMINÁRIOS PARA SE CAPACITAR NOS TEMAS DE GÊNERO E CIDADES

5

Para quem quer se dedicar a uma disciplina universitária completa durante um semestre, como estudante ou aluno externo:

DISCIPLINA: "CIDADE, GÊNERO E INTERSECCIONALIDADES: CONCEITOS POLÍTICAS E PRÁTICAS" DA GRADUAÇÃO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA USP, SÃO PAULO

A disciplina em questão é lecionada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, com uma carga horária de 90h total durante um semestre. Essa disciplina iniciou-se em 2020 e busca apresentar os conceitos relativos à gênero como categoria de análise do território e para o planejamento urbano, considerando os marcadores sociais da diferença associados a esta abordagem - classe, raça, nacionalidade e sexualidade. Os temas das aulas se dividem em: 1 - Conceitos de gênero; 2 - Feminismos; 3 - Marcadores sociais da diferença; 4 - Patriarcado; 5 - Mulheres na casa e na cidade, na história; 6 - Superação da dicotomia espaço público e privado; 7 - Dinâmicas demográficas, modelos de família; 8 - Mulheres, o mercado de trabalho e o trabalho do cuidado 9 - Violência e insegurança urbana, comportamento, corpo e imobilidade; 10 - Mobilidade urbana e espaço público; 11 - Habitação: mulheres primeiro; 12 - Cidades não sexistas no pensamento geográfico 13 - Gênero, interseccionalidades: nova direção para o planejamento urbano 14 - Movimentos sociais, de mulheres, mulheres nos movimentos urbanos; 15 - Feminismos, direito à cidade e as políticas dos comuns. A disciplina não possui requisitos para ingresso, no entanto está vinculada ao curso de Arquitetura e Urbanismo da USP, não tendo nenhum custo para alunos da USP. Já para pessoas externas à universidade, é possível ter acesso à disciplina como Aluno Especial pagando apenas uma pequena taxa de matrícula, e é necessário que o candidato tenha o Segundo Grau concluído. Ao final da disciplina os alunos receberão um certificado de conclusão da disciplina. Para mais informações, clique em: 1) sobre a disciplina: <https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?nomdis=&sgldis=AUP0579>; 2) sobre o processo de ingresso como Aluno Especial: <https://www5.usp.br/servicos/aluno-especial-graduacao/>

6

Para quem se apaixonou pelo tema e quer se especializar em urbanismo social (duas opções parecidas):

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO "CIDADES, POLÍTICAS URBANAS E MOVIMENTOS SOCIAIS" DA UFRJ, RIO DE JANEIRO

O curso, coordenado pelo Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, é voltado para as questões urbanas brasileiras sob uma ótica pluridisciplinar e crítica. O curso é aberto ao público, porém focado no público militante de organizações da sociedade civil, movimentos sociais, organizações não governamentais, sindicatos, associações de bairro e outros. O objetivo do curso é instruir sobre a natureza dos conflitos urbanos visando a construção de uma cidade mais justa, igualitária e democrática. O último edital foi aberto em janeiro de 2020 sendo disponibilizadas 60 vagas por meio de um processo seletivo. O curso é estruturado em 4 módulos distribuídos em um total de 360 horas de aulas. Ao final das atividades, um encerramento para apresentar os trabalhos finais.

Para saber mais, clique aqui: <http://www.ippur.ufrj.br/index.php/pt-br/editais/586-curso-cidades-politicas-urbanas-e-movimentos-sociais-turma-2020>

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM CIDADES, PLANEJAMENTO URBANO E PARTICIPAÇÃO POPULAR DA UNIFESP, SÃO PAULO

Este curso de especialização busca contribuir na compreensão do funcionamento das cidades identificando os atores, desafios, conflitos, processos de resistência e mudança. O público alvo são docentes do ensino básico, funcionários públicos que atuam em políticas urbanas, lideranças comunitárias e de movimentos sociais, educadores populares, integrantes de coletivos de jovens ativistas e organizações não governamentais, entre outros. O curso realizado em 2020 foi exclusivamente online, gratuito, com carga horária de 360 horas e ofertou 50 vagas. Ao final da especialização, o aluno recebe um histórico e um certificado de conclusão. Para saber mais, clique aqui: https://unifesp.br/campus/zonaleste/images/editais/EDITAL_ESPECIALICA%20%20CPUPP_ICZL_2020.pdf

LINKS INTERNET REFERENCIADOS NO GUIA

- [1] https://excoradfeminisms.files.wordpress.com/2010/03/bell_hooks-feminism_is_forEverybody.pdf
- [2] <https://www.youtube.com/watch?v=ZJ64IPTAMSU>
- [3] http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Relatorio_ONU_ElesporElas_PesquisaQuantitativa2016.pdf
- [4] https://mirror.unhabitat.org/downloads/docs/7381_86263_WICI.pdf
- [5] www.sampape.org
- [6] https://issuu.com/sampape/docs/20191025_curiitiba_apostila_ic
- [7] https://soundcloud.com/bancointeramericanodesarrollo/1diagnostico-urbano?in=bancointeramericanodesarrollo/sets/genero_e_cidades
- [8] <https://www.youtube.com/watch?v=wfGXP7J9Sp4>
- [9] <https://blogs.iadb.org/ciudades-sostenibles/es/auditoria-de-seguranca-de-genero-e-caminhabilidade-o-novo-programa-de-joao-pessoa-com-olhar-de-inclusao/>
- [10] https://www.youtube.com/watch?v=NUAXG2rFosI&feature=emb_logo
- [11] https://soundcloud.com/bancointeramericanodesarrollo/7politicas-publicas?in=bancointeramericanodesarrollo/sets/genero_e_cidades
- [12] <http://www.dedihc.pr.gov.br/arquivos/File/2015/GuiaConselhosMunicipaisMulher.pdf>
- [13] <https://www.youtube.com/watch?v=UAbNK4f0Q0g>
- [14] <https://www.weps.org>
- [15] <https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/DIAGN%C3%93STICO-2.pdf>
- [16] <https://www.caumaisplural.com>
- [17] <https://www.arquitetasinvisiveis.com>
- [18] https://soundcloud.com/bancointeramericanodesarrollo/5profissoes-urbanas?in=bancointeramericanodesarrollo/sets/genero_e_cidades
- [19] <https://www.facebook.com/arquitetasnegras/>
- [20] <https://www.youtube.com/watch?v=IPg0RXBQWOQ>
- [21] <https://dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br>
- [22] <https://efemmera.com.br>
- [23] <https://www.youtube.com/watch?v=QEGUPUD42pQ>
- [24] <https://poligen.polignu.org>
- [25] <https://www.youtube.com/watch?v=h2ycElauA3I>
- [26] <https://www.ciclocidade.org.br/genero>
- [27] <https://www.biketoursp.com.br#passeios>
- [28] https://soundcloud.com/bancointeramericanodesarrollo/3mobilidade-urbana?in=bancointeramericanodesarrollo/sets/genero_e_cidades
- [29] <http://www.punt6.org/wp-content/uploads/2016/08/PDF-mujeres-baja-con-portada.pdf>
- [30] <http://www.respeitoavida.sp.gov.br/pedestres-idosos-sao-as-principais-vitimas/>
- [31] http://semeia.org.br/publicacoes/2020_ParquesParaTodasTodos.pdf
- [32] <https://www.youtube.com/watch?v=zYKC6FaolTY>
- [33] <https://nosetor.com.br>
- [34] <http://banhodobem.com/banhodobem/>
- [35] <https://www.youtube.com/watch?v=ttbd7aZNdQgv>
- [36] <https://blogs.iadb.org/transporte/es/category/transporte-genero/>
- [37] <http://corridaamiga.org/sobre/>
- [38] <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/23439947/artigo-35-da-lei-n-11977-de-07-de-julho-de-2009>
- [39] https://upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2099/14900/156_161_Renata_Coradin.pdf
- [40] <https://prosas.com.br/empreendedores/27317>
- [41] <https://blogs.iadb.org/transporte/es/category/transporte-genero/>
- [42] <https://www.youtube.com/watch?v=yoOKHcUH4wM&pbjreload=101>
- [43] <https:// contato721054.wixsite.com/ecobairrosoaopaulo/projetos>
- [44] https://www.youtube.com/watch?v=_VTsACbxVH8
- [45] <https://www.diosa.com.br>
- [46] <https://www.instagram.com/dona.conserta/?hl=fr>
- [47] <http://manamanutencao.com.br>
- [48] <http://agilizalab.com>
- [49] <https://www.mulheremconstrucao.org.br>
- [50] <http://prosamim.am.gov.br>
- [51] http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm
- [52] <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13104-9-marco-2015-780225-publicacaooriginal-146279-pl.html>

LINKS INTERNET REFERENCIADOS NO GUIA

- [53] <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-norma-pe.html>
- [54] <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8072-25-julho-1990-372192-norma-pl.html>
- [55] http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm
- [56] https://soundcloud.com/bancointeramericanodesarrollo/2seguranca-publica?in=bancointeramericanodesarrollo/sets/genero_e_cidades
- [57] https://www.youtube.com/watch?v=QEQtuxj_-34
- [58] <http://www.riosolidario.org/via-lilas-tem-mais-de-67-mil-acessos-em-sete-meses/>
- [59] <https://eusouagloria.com.br/dados>
- [60] http://ville.montreal.qc.ca/pls/portal/docs/page/femmes_ville_fr/media/documents/Guide_amenagement_environnement_urbain_securitaire.pdf
- [61] https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2020/02/ViverEmSP_Mulher_2020_embargo.pdf
- [62] <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2018/06/marcha-das-vadias-do-recife-chega-em-sua-oitava-edicao-protestando-pel.html>
- [63] <https://portal.ninamob.com>
- [64] <https://www.youtube.com/watch?v=6zYy7MzpEKQ>
- [65] <https://www.youtube.com/c/thinkolga/videos>
- [66] <https://thinkolga.com>
- [67] https://www.youtube.com/watch?v=S-P-tfkGAeQ&feature=emb_logo
- [68] <https://pedalinas.wordpress.com>
- [69] https://www.youtube.com/watch?v=xh8CXNLkN1M&feature=emb_title
- [70] <https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>
- [71] <http://especiais.correiobrasiliense.com.br/luta-por-identidade>
- [72] <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1923.nsf/18c1dd68f96be3e7832566ec0018d833/8ed7bd1fa4f561dc03258566006cbe0c?OpenDocument>
- [73] https://www.youtube.com/watch?v=t_504AbzBZk
- [74] https://soundcloud.com/bancointeramericanodesarrollo/6diversidade-e-direito?in=bancointeramericanodesarrollo/sets/genero_e_cidades
- [75] <https://www.youtube.com/watch?v=la3NrSoTSXk>
- [76] <http://www.prodeturssa.salvador.ba.gov.br>
- [77] https://www.justica.gov.br/news/RESUMOEXECUTIVO_V.FINAL4.pdf
- [78] <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/povos-indigenas/cidadania/assuntos-de-genero-e-geracionais>
- [79] <https://www.archdaily.com.br/br/937793/indigenas-no-espaco-urbano-nao-foi-a-aldeia-que-chegou-na-cidade-mas-a-cidade-que-chegou-na-aldeia>
- [80] <https://www.facebook.com/afroindigenadores/>
- [81] <https://www.ufrrgs.br/jornal/mulheres-indigenas-criam-rede-para-apoiar-artesas-durante-a-pandemia/>
- [82] <https://www.ecopontes.com.br/noticias-ver/acessibilidade-e-um-dos-principais-desafios-das-cidades-brasileiras/95>
- [83] <https://www.youtube.com/watch?v=4mS23CcPDI8>
- [84] https://www.caurn.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/ABNT-NBR-9050-15-Acessibilidade-emenda-1_-03-08-2020.pdf
- [85] <https://www.instagram.com/revitalizasaoluis/?hl=pt-br>
- [86] http://espacospublicos.pmf.sc.gov.br/downloads/A&P_calcadacerta/BOOK/MANUAL_CALCADCERTA.html?utm_medium=website&utm_source=archdaily.com.br#p=22
- [87] <https://www.youtube.com/watch?v=790PI77MDO0>
- [88] <https://issuu.com/bernardvanleerfoundation/docs/bvlf-starterkit-update-digital>
- [89] <https://bernardvanleer.org>
- [90] https://soundcloud.com/bancointeramericanodesarrollo/4primeira-infacia?in=bancointeramericanodesarrollo/sets/genero_e_cidades
- [91] https://www.youtube.com/watch?v=A4d_B2kcjCw&feature=emb_logo
- [92] <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/09/11/projeto-preve-a-inclusao-da-populacao-em-situacao-de-rua-no-ibge>

